

O Governo «AD»/Balsemão contra o País

O Governo volta à carga com a destruição da EPAC: o PCP impugna a medida na AR (Pág. 3). Balsemão produz «conversa em família»: o PCP responde (Pág. 3). Novos e definitivos dados sobre o escândalo da RTP de Proença de Carvalho (Pág. 3).

Lembrar e revelar os crimes do fascismo

Na homenagem a Alfredo Diniz, «Alex», assassinado pela PIDE em 4/7/1945, Álvaro Cunhal revela documentos que narram a verdadeira história do crime e que o «Avante!» publica. São documentos dos que Freitas do Amaral quer impedir que se divulguem e compreende-se porquê: os fascistas estão na «AD» (Págs. 8 e 9)

A unidade dos democratas e o «bloco central»

Os vereadores socialistas prosseguem a sua campanha contra a Câmara de Loures e procuram freneticamente o apoio do PSD (Pág. 4). No Barreiro, o secretário-geral do PCP denuncia o projecto do «bloco central» e lembra que, enquanto os socialistas querem aliar-se à direita para derrubar a APU, a aliança de comunistas e socialistas poderá desalojar (à luz das votações conseguidas) a «AD» de presidências de municípios como Coimbra, Faro, Portalegre, Guimarães, Espinho, Belmonte, Peniche, Oeiras, Sintra, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Torres Novas, Mourão, Manteigas, Mafra, Valongo, Alcanena (Pág. 10)

O Partido, os comunistas o seu trabalho

De Norte a Sul e em todos os sectores, o PCP trabalha e reforça-se. Importantes realizações neste fim-de-semana na Figueira da Foz, em Faro, na Marinha Grande, em Amora/Seixal e muitos outros locais (Págs. centrais). A campanha de organização dá frutos (Págs. centrais). A Festa do «Avante!» cresce e desenha-se como novo êxito (Pág. 12). Uma delegação do Partido chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal visita a República Popular da Mongólia (Pág. 2)

O que disse o PCP acerca dos aumentos dos deputados

Sr. presidente, srs. deputados, o Grupo Parlamentar do PCP votou, na votação final global, tal como já tinha votado antes, na votação na generalidade, contra o Projecto de Lei n.º 245/II que altera o Estatuto do Deputado, isto é, votando firmemente contra este projecto de lei.

E votou desta maneira em coerência com os princípios de sobriedade que preconiza e que pratica nesta matéria e também com a orientação que sempre defendeu relativamente aos subsídios dos deputados.

Em nosso entender a Assembleia da República não se prestigia aumentando os vencimentos dos deputados ou melhorando as condições materiais de vida dos deputados.

A Assembleia da República prestigia-se desempenhando cabalmente as suas competências e atribuições e, naturalmente, melhorando-se as condições do exercício do mandato dos deputados e desenvolvendo uma actividade que corresponda aos interesses e às aspirações do povo português.

E na verdade srs. deputados, a actividade da Assembleia da República tem sido bem pobre.

Foi aqui recordado que a Assembleia da República não quis discutir a ratificação apresentada pelo meu partido e outros relativamente às novas tabelas salariais da Função Pública. Foi também recordado, srs. deputados, que não se quis discutir antes de férias e aprovar na especialidade a legislação pendente na Assembleia da República sobre contratos a prazo. Mas poderia também dizer que a Assembleia tem manifestado pouca vontade política de tratar da resolução que versa sobre a contratação colectiva, matéria controversa e inadiável.

O grande salto, porque é um grande salto, agora dado em matéria de vencimentos, e de outras regalias, infunde-nos a justa e legítima preocupação de isso ser um ponto de partida para a criação de, como já dissemos, como que uma casta privilegiada que se vá distanciando do país real e das condições em que vive a grande maioria do nosso povo.

E basta que nos lembremos, srs. deputados, da distância a que já se fica do salário mínimo nacional. E isto srs. deputados, para não falar, por exemplo, da pensão dos rurais, para não falar, srs. deputados, do vencimento dum assalariado agrícola que não trabalhe em permanência numa empresa.

Na verdade, srs. deputados, não são os comentários favoráveis a estas alterações que elevam o prestígio da Assembleia da República e a função do deputado. Na verdade, srs. deputados, as alterações que agora foram introduzidas constituem um escândalo, atendendo às condições muito precárias em que vive a maioria do nosso povo, atendendo à grande pobreza com que se debate o nosso país.

SEMANA Nacional

1 Quarta-feira



Morre o escritor Carlos de Oliveira, autor de uma vasta bibliografia onde se destacam livros como "Os Pequenos Burgueses", "Casa na Duna" ou "Finisterra"; tinha 59 anos. O secretário de Estado do Trabalho recusa-se a receber os representantes sindicais de cerca de 400 000 trabalhadores agrícolas de todo o País, embora estes tivessem audiência marcada há já vários dias; os dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores da agricultura do Norte, Centro e Sul do País pretendiam uma vez mais reclamar do Governo a publicação imediata da portaria de extensão das convenções colectivas do trabalho já em vigor nos distritos de Beja, Évora e Santarém e concelho da Azambuja. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista decide que a sua direcção se deve manter em funções até à eleição do novo secretário-geral, não acatando assim a decisão da Comissão Permanente do seu partido, afecta a Mário Soares, de assumir a direcção do Grupo Parlamentar, decisão tomada sem conhecimento prévio dos próprios deputados.

2 Quinta-feira

O vereador Oliveira Dias, da APU, durante a sessão pública mensal da Câmara do Porto, denuncia a criação de um "Gabinete de Planeamento e Controlo" pelo presidente da Câmara, Coelho Magalhães, da "AD", como ferido de ilegalidade, considerando que o referido gabinete foi criado pelo presidente "AD" para funcionar na sua dependência directa e destinada a servir-lhe em exclusivo, sem dar qualquer informação à Câmara desta sua decisão. Apoiantes da moção "Novo Rumo para o PS" ("soarista") proposta ao III Congresso da Federação Distrital do Porto do PS afirmam em conferência de imprensa ser impossível a manutenção da Frente Republicana e Socialista (FRS) nas próximas eleições para as autarquias locais. Fazendo o balanço de seis meses de Governo "AD"/Balsemão, a CGTP-IN considera que este deixou para trás as demagógicas promessas eleitorais, revelando-se agora, claramente, como um governo do capital contra o trabalho, de submissão às multinacionais e ao imperialismo, contra os legítimos interesses do Povo português.

3 Sexta-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, preside à inauguração da 1.ª Filcoop, certame dedicado ao sector cooperativo que estará em exposição na FIL até ao próximo dia 12. O Grupo Parlamentar do PCP requer ao Governo, através do Ministério das Finanças e do Plano, informações sobre o escândalo público que constitui o processo de vendas de participações do Estado em numerosas empresas de diversos sectores da nossa economia, havendo algumas que são quase integralmente propriedade do Estado. Uma nota da SIP do PCP considera que a discriminação contra o PCP nos programas informativos da RTP/1 se está a converter não apenas num escândalo de graves proporções mas, sobretudo, numa afronta provocatória a princípios e normas basilares da vida democrática do país. Comentando a intervenção televisiva de hoje do primeiro-ministro na TV, um porta-voz da SIP do PCP considera que, afinal, a "renovação de imagem" do primeiro-ministro não passa dum regresso às "conversas em família" de antes do 25 de Abril.

4 Sábado

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, intervém numa sessão convocada do assassinato do militante comunista Alfredo Dinis, "Alex", pela PIDE, em 4 de Julho de 1945, realizada no próprio local onde foi cometido o crime, cujos autores continuam impunes. O Presidente da República declara durante a sua visita às obras de regularização do Baixo Mondego que recusará qualquer aumento exagerado dos seus vencimentos por o considerar incompatível com a situação económica do País. Reformados manifestam-se nas ruas da "baixa" portuense reclamando o cumprimento do caderno reivindicativo apresentado ao Governo em 1980; os manifestantes, que desfilaram respondendo à convocação da Associação de Reformados do Porto, comissões dos reformados dos sindicatos e MURPI, aprovaram no final uma moção na qual reclamam a formação de um governo democrático que pratique uma política de acordo com os interesses do Povo e de satisfação às legítimas aspirações dos reformados, pensionistas e idosos.

5 Domingo

Durante uma reunião efectuada em Coimbra para análise da situação da lavoura nas diversas regiões do País, o Conselho Nacional do CNA reconhece que é a primeira vez na história de Portugal que se verifica uma movimentação nacional coordenada de agricultores e há a consciência de uma certa comunhão de vontades e acções. Falando num comício em Bobadela (Sacavém) o encerramento da "Festa da Amizade" promovida pelo PCP, Octávio Pato denuncia a existência de um clima de intrigas e negociações tendentes a possibilitar um eventual acordo político entre o PS e a "AD" em Loures, que permita demitir a actual Câmara Municipal e provocar eleições antecipadas.

6 Segunda-feira

As estruturas representativas dos trabalhadores das empresas nacionalizadas do sector das pescas acusam o Governo e o conselho de gerência da SNAPA de insistirem na concretização ilegal do afretamento e posterior venda, ao sector privado, de toda a frota daquela empresa nacionalizada. Organizada pela União dos Sindicatos de Faro, inicia-se no Algarve uma "semana de luta" com o objectivo de alertar a opinião pública sobre a situação social que se vive naquela região. Mário Soares, secretário-geral do PS, afirma em entrevista ao "DN" que "a existência de bancos privados não põe em causa a democracia" e que não páira sobre o grupo parlamentar do seu Partido "qualquer espectro de cisão".

7 Terça-feira

Uma delegação do PCP chefiada por Álvaro Cunhal parte para a Mongólia a convite do Comité Central do Partido Popular Revolucionário Mongol. O Ministério da Justiça solicita à Procuradoria Geral da República um parecer urgente sobre a aplicabilidade da lei da amnistia aos presos do PRP. Os trabalhadores da EPAC paralizam (97,5% de adesões) e comparecem na Assembleia da República, onde se debatia, em sessão complementar, o "caso EPAC".

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 6 de Julho de 1979 começam em Lisboa, nas instalações da «Voz do Operário», os trabalhos do Tribunal Cívico Sobre a Reforma Agrária, vigoroso requisito sobre os crimes económicos e sociais praticados por sucessivos Governos reaccionários contra a Reforma Agrária.

Editorial

UNIDADE DOS DEMOCRATAS PARA UMA OPOSIÇÃO CONSEQUENTE

Em comunicado divulgado ontem, a Comissão Permanente da Comissão Política do PS alinhava vários comentários acerca das críticas que o PCP tem dirigido recentemente à actuação e declarações de dirigentes daquele partido. O PS entende que há «uma escalada de ataques e investidas» que revelam uma «orientação de fundo que o PS repudia» e que anuncia saber «não corresponder sequer ao estado de espírito do eleitorado APU». Mais entendem os dirigentes do PS ter o PCP «uma comédia moderada face ao Governo Pinto Balsemão» (rigorosamente textual, pasme-se!), terminam achando que a orientação do PCP contrasta «não só com a estratégia de outros partidos comunistas europeus, mas com a firmeza posta pelo PS (para novo pasmo, é igualmente textual!) na oposição realista à AD e ao seu Governo».

Convirá antes de tudo o mais determo-nos sobre esta curiosa «oposição realista». Por «oposição realista» parecem os dirigentes do PS entender certamente as desastrosas operações no Município de Loures onde os vereadores socialistas passaram pela vergonha de serem recusados pela própria «AD», as propostas que fizeram para, depois de intensa campanha contra a maioria APU na Câmara, o PS concorrer com listas conjuntas com o PSD contra a APU; verifica-se que «oposição realista» pode então ser alianças sem princípios com o adversário! Na «oposição realista» caberão certamente as muito esclarecedoras declarações recentemente prestadas por Mário Soares ao «Diário de Notícias». O secretário-geral do PS entende, por exemplo, que a revisão constitucional deve ter a preocupação de «não dar à direita o pretexto do "bloqueio constitucional" para desestabilizar as instituições democráticas»: é o que se chama ver o mundo às avessas! A realidade é que a Constituição democrática saída do 25 de Abril tem de constituir (e tem efectivamente constituído) um bloqueio às manobras desestabilizadoras e subversivas da direita que por isso mesmo a pretende destruir para ficar de mãos livres na sua acção contra o regime saído do 25 de Abril. Que as forças reaccionárias considerem uma Constituição progressista um «bloqueio» à sua política reaccionária é natural e desejável: o que já dificilmente se compreende é que um partido democrático como o PS se disponha a quebrar esse «bloqueio» a fim de deixar campo livre à reacção para prosseguir a sua política reaccionária! Será isto também a «oposição realista»? Outro parágrafo das declarações de Mário Soares merece igualmente atenção: «O PS concedeu o tempo necessário ao primeiro-ministro para mostrar quanto valia. Partido de oposição responsável, não poderia ter procedido de outro modo. Passados seis meses, as carencias, as contradições e debilidades governamentais estão à vista de todos. As ilusões — para quem as teve — desfizeram-se sem mais remédio».

Ora tratar-se-á de saber esta coisa simples: dando o secretário-geral do PS a entender que o PS (ou pelo menos ele pessoalmente) não tiveram «ilusões» acerca do Governo Balsemão, como se justifica que tenha concedido «o tempo necessário ao primeiro-ministro para mostrar o que valia»? Se o PS não tinha ilusões não seria a política correcta apresentar publicamente as razões por que as não tinha, tomar desde logo o seu lugar na denúncia da política realizada, sem tibiezas nem adiamentos, ao invés de ensaiar acordos e contactos — que aliás prosseguem? Por outro lado, se o PS não tem ilusões, se o PS acha que este Governo não serve, que espera o PS para apresentar soluções concretas para afastar do Poder a calamidade nacional que é a «AD»? Já instalada? Como se conjuga isso com a afirmação de que o PS entende que a «AD» deve continuar a governar (com este Governo ou outro), com a recusa dos dirigentes do PS de encarem acções concretas para afastar a direita do Poder? Deve ser outra especificidade da «oposição realista».

O PCP tem repetidamente definido a sua posição relativamente à necessidade de entendimento entre comunistas e socialistas. Tem repetidamente afirmado a sua disposição de analisar com todas as forças democráticas em geral e o PS em particular todas as questões relacionadas com os problemas nacionais e de estabelecer acordos que visem a sua solução, que passa inevitavelmente pela necessidade de desalojar a reacção do Poder. O PCP tem repetidamente afirmado que considera o PS um partido democrático indispensável à construção da democracia em Portugal, tal como tem afirmado e levado à prática uma orientação de procura de entendimento em todas as circunstâncias e locais em que tal se tome possível. É evidente que a recusa absoluta dos dirigentes do PS a sequer analisarem os grandes problemas nacionais com o PCP não pode deixar de merecer crítica: é uma posição que não serve os interesses da democracia, não serve os interesses do povo, não serve os interesses do País. Mas o problema é mais fundo: os dirigentes do PS não apenas se recusam ao entendimento com outras forças democráticas como sistematicamente buscam o entendimento com as forças da direita aos mais variados níveis e nos mais diversos sectores. No momento em que a «AD» abre brechas por todo o lado, no momento em que os partidos reaccionários defrontam fortíssima contestação popular em todo o País, evidenciam o colapso da sua governação e se debatem com sucessivas contradições internas, os dirigentes socialistas não só não tomam qualquer medida concreta para apressar a queda da direita e abrir condições a um governo democrático que resolva os problemas nacionais, como, bem pelo contrário, se desdobram em propostas de aliança, estendendo tábuas de salvação à «AD» que vão desde

a revisão constitucional até às perspectivas para as próximas eleições autárquicas. E por demais evidente que esta acção não pode deixar de merecer a crítica das forças democráticas consequentemente empenhadas — como o PCP — na defesa das conquistas de Abril.

O esforço de Pinto Balsemão para retratar seis meses de fracasso e medidas antipopulares em tons róseos fica a constituir mais um rotundo fracasso do actual Governo «AD». A esclarecedora declaração política apresentada por Octávio Teixeira na Assembleia da República em nome do Grupo Parlamentar do PCP deixou inteiramente a nu as píruetas, falsidades e silêncios da «conversa em família» do Primeiro-Ministro.

A realidade é cada vez mais transparente, cada vez mais evidente: este Governo não serve nem serve nenhum governo que prossiga uma política de direita. Transparente e evidente é também que de Norte a Sul mais e mais sectores da população ganham consciência desta realidade. Quando Mário Soares admite a possibilidade de «o PSD não ter abjurado completamente do seu programa social-democrata», deve ser das escassas pessoas em Portugal que não constatarem ainda que a prática política do partido maioritário da «AD» é declaradamente de direita, autoritária e fascizante. A «AD» de que o PSD faz parte não se limita a ser hoje uma formação de direita: é a expressão política dos interesses mais sombrios e ameaçadores de monopólios e latifundiários, do serventário mais venal e antipatriótico do imperialismo, o valhacouto de fascistas, de saudosos do salazarismo e das corporações, das pides e das censuras. À frente da classe operária, de todos os trabalhadores, de cada vez mais vastas camadas de todo o povo, o PCP não define a sua posição como «oposição realista»: define-a sim como oposição firme, determinada e consequente à política da direita, à política de destruição do Portugal de Abril. Desta consequente política resulta a intransigente defesa da necessidade de unidade das forças democráticas; dela resulta igualmente e com evidente coerência a crítica a posições de pactuação com uma política antinacional ou com os seus autores, resulta a crítica aos que prestam à direita o precioso serviço de impedirem a unidade das forças democráticas essencial à viragem que o País requer e exige. O PCP combate pela democracia e com o povo contra a direita e os seus políticos. Estes sabem que assim foi, assim é, assim será. Pela democracia e com o povo, o PCP tudo fará para criar condições à derrota definitiva da direita e à construção e consolidação do Portugal de Abril. Deste esforço faz parte a luta pela unidade dos democratas. Da luta pela unidade dos democratas faz parte a crítica aos que a ela se recusam, aos que a evitam. Aos que à unidade dos democratas na defesa da democracia preferem a unidade com aqueles que tudo fazem para a destruir.

6.º aniversário de Cabo Verde

A 5 de Julho de 1975 — após um longo período de luta e de resistência e na sequência da realização de eleições para a Assembleia Nacional Popular, — nasce em África um novo país, Cabo Verde. Invocando as raízes históricas da independência, o Conselho Superior de Luta do PAIGC destacava em comunicado, poucos dias após o 5 de Julho: «o acesso do nosso povo de Cabo Verde à plena soberania interna e internacional é o coroamento dos esforços dos melhores filhos da nossa terra que, nas condições duras da luta armada e nas não menos difíceis da luta clandestina, não olharam a sacrifícios para levar avante a realização do alto ideal inspirado ao nosso povo por Amílcar Cabral e consagrado no Programa do nosso Partido».

Comemorações em Portugal

O 6.º aniversário da República de Cabo Verde foi assinalado em Lisboa numa sessão comemorativa no salão da Voz do Operário. A sessão, organizada pelas Associações Cabo Verdiana e de Amizade Portugal-Cabo Verde, com o patrocínio da Embaixada, contou com grande participação dos emigrados caboverdianos na zona de Lisboa.

Também no Porto, foi comemorado o 6.º aniversário da independência de Cabo Verde, na Cooperativa do Povo Portuense, tendo sido particularmente destacada a figura de Amílcar Cabral. O secretário da Embaixada caboverdiana no nosso país, Francisco Spencer, que presidiu à sessão, assinalou como importantes actos políticos ocorridos em Cabo Verde no segundo semestre do ano passado, a eleição de deputados à Assembleia Nacional Popular, a eleição orgânica do Presidente da República e a promulgação da primeira Constituição do País.

Visita a Cuba

Regressou de Cuba, onde se encontrava em visita, no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba, o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política. Durante a sua estadia em Cuba, o camarada António Gervásio encontrou-se com o camarada Jesus Montañé, membro suplente da Comissão Política e do Secretariado, com quem trocou informações acerca da situação nos dois países e da actividade dos dois partidos, assim como sobre aspectos da situação internacional. Teve ainda outros encontros com dirigentes do Partido Comunista de Cuba, designadamente com Arnaldo Milian, membro da Comissão Política e Ministro da Agricultura. Nas províncias de Matanzas e Camaguey, o camarada António Gervásio visitou lugares de carácter económico, histórico e social.

Errata

O texto publicado no "Avante!" do discurso do camarada Álvaro Cunhal no Vale do Silêncio contém duas graves grialhas que a seguir rectificamos: 1.ª — Onde se lê: "Foi o dia de mais uma manifestação antidemocrática e antinacional do governo AD/Balsemão" deve ler-se: "Foi o dia de mais uma manifestação. Manifestação grandiosa em que milhares e milhares de trabalhadores exigiram a satisfação de reivindicações de vital importância e, expressando o que se vai tomando a vontade do povo inteiro, disseram 'Basta!' à política antipolar, antidemocrática e antinacional do governo 'AD'/Balsemão". 2.ª — Na alínea 4, onde se lê: "Stá Iria da Azoia" deve ler-se "Póvoa de Santa Iria". Pedimos desculpa aos nossos leitores.

Álvaro Cunhal visita a República Popular da Mongólia

Partiu na passada terça-feira para a República Popular da Mongólia, o camarada Álvaro Cunhal secretário-geral do PCP onde se deslocou, em visita oficial, a convite do camarada Tsendembal, primeiro-secretário do Partido Popular Revolucionário Mongol.

O camarada Álvaro Cunhal que viajou acompanhado pelo camarada António Orcinha, membro do Comité Central, participará ainda nas celebrações do 60.º aniversário da Revolução Popular Mongol, que se realizará em 11 de Julho. À partida estiveram no aeroporto, a despedir-se do secretário-geral do PCP, os camaradas Sérgio Vilarigues, primeiro-secretário da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do CC e da Secção Internacional, e ainda o Encarregado de Negócios da Embaixada de URGÓSS, Yuri Tomshin.

Aspectos alarmantes

No meio do ruído espesso do aeroporto — os viajantes que passavam ou arrastavam as malas, os avisos pelos atilantes das partidas ou chegadas dos diferentes aviões — o secretário-geral do PCP falaria da «ofensiva em curso contra as nacionalizações, que adquire aspectos alarmantes, no momento presente. E especificou o que entendia por «aspectos alarmantes» quando surgiu uma questão relacionando a expressão com as recentes afirmações de Mário Soares de concordância com a existência de bancos privados. E começaria por dizer: São coisas mais concretas, além dos planos que possa ter Mário Soares para a formação do bloco central — já concretizado no que respeita ao divisionismo no movimento sindical, que procura concretizar-se nas autarquias, talvez com uma

experiência próxima na Câmara de Loures, condenada à derrota a nosso ver. E que fazem parte de um projecto mais ambicioso — concretizar-se na revisão da Constituição. Não, quando falo em «situações alarmantes» quanto às nacionalizações refiro-me à entrega que se está a verificar, hoje — podemos dizer, neste momento em que estamos a falar — das participações do Estado em numerosas empresas. Da entrega ao desbarato de empresas nacionalizadas sob o pretexto da venda das participações do Estado. Ou ainda a entrega de participações a título de indemnizações. Isso é que é alarmante! Esta entrega ao desbarato é um verdadeiro crime contra as nacionalizações. Naturalmente, pensamos que estas empresas devem ser recuperadas para o sector público e não reconhecemos de nenhuma forma esta entrega ilegal das empresas ao grande capital. Mas, de qualquer forma, é uma ofensiva séria e é alarmante esta situação para a qual, depois, a recuperação será, sem dúvida, mais difícil. E isto que me refiro quando digo alarmante. Quanto às combinações Mário Soares — Balsemão — acrescentou o secretário-geral do PCP — ou Mário Soares — PPD — ou Mário Soares — PPD — CDS, por interposta pessoa ou por interesse partido, pensamos naturalmente que é um esquema perigoso esse bloco central; pensamos que é necessário defender a democracia — que ela não é defendida com as forças reaccionárias. A democracia defende-se com a unidade dos democratas e muitas vezes temos salientado — e aproveito a ocasião para salientá-la uma vez mais — que o PCP está hoje, como sempre esteve, pronto para, juntamente com todas as forças democráticas e designadamente com os socialistas, considerar todos os problemas da situação política actual

e todas as possibilidades de um entendimento, de um acordo, de uma acção comum em defesa das conquistas da Revolução e do regime democrático consagrado na Constituição da República. Do feudalismo ao socialismo Ao falar da visita que se efectuará à República Popular da Mongólia, o camarada Álvaro Cunhal, para além de salientar o carácter oficial afirmaria ainda: — É uma visita para a qual já há muito tempo existe convite e que tem sido adiada de ano para ano, mas que finalmente entendemos dever concretizar este ano — aniversário da Revolução Mongol. Como é sabido, a Revolução Mongol é uma revolução com características muito particulares, uma vez que se trata de um país que logo a seguir à Revolução de Outubro, a partir de um regime feudal passou à construção de uma sociedade progressista e de uma sociedade socialista. É o caso — que aliás a História ulterior parece confirmar noutros casos — da passagem do feudalismo para o socialismo sem a passagem pela sociedade capitalista. Daí todo o interesse da revolução mongol, além de outras particularidades desse país e desse povo. E daí todo o interesse para nós em conhecermos as experiências dos nossos camaradas mongóis. Além do mais é sabido que o PCP defende a cooperação, a amizade, a solidariedade recíproca entre todas as forças revolucionárias, designadamente entre os Partidos Comunistas, e apesar da grande distância que separa Portugal da Mongólia pensamos que o estreitamento das melhores relações de amizade e cooperação entre o Partido Popular Mongol e o Partido Comunista Português serão confirmadas e reforçadas nesta visita que vamos fazer.

Encontro PCP Fretilin

No dia 3 de Julho realizou-se no Centro de Trabalho do Partido Comunista Português da Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e por Albano Nunes e António Graça, membros do Comité Central e uma delegação da FRETILIN composta por Abílio Araújo, Ramos Horta e Roque Rodrigues, membros do Comité Central. Este encontro, realizado em clima de compreensão, franqueza e amizade permitiu uma ampla troca de informações e opiniões sobre a situação em Timor Leste e em Portugal e sobre a actividade do PCP e da FRETILIN. Ele contribuiu para um melhor conhecimento e compreensão recíproca, tendo sido reafirmada a solidariedade do PCP para com a luta do povo de Timor Leste, dirigida pela FRETILIN, pela autodeterminação e a independência e a solidariedade da FRETILIN para com a luta do PCP e do Povo português em defesa das conquistas da revolução de 25 de Abril. Foi expressa pelas duas delegações a vontade de prosseguir os contactos e realizar no futuro novos encontros entre o PCP e a FRETILIN.



Avante!
 DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769 725/769 722
 DISTRIBUIÇÃO: CDL, Centro Distribuidores Livres, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 779 828/779 825
 Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769 705
 Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal
 Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sículo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238
 Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57b - 4000 Porto Tel. 28938
 Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto Tel. 310441
 Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedruiça - 3000 Coimbra Tel. 31266
 Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26381
 Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417
 ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 779 828
 PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776 936/776 750
 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 31 0267
 EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 900044
 Composição e Impressão na Hésica Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora
 Tiragem média do mês de Junho: 59900

Nacional

O Governo do capital contra o trabalho analisado pela CGTP-IN

A participação em massa dos trabalhadores nas iniciativas e acções correntes das suas organizações sindicais, o combate ao divisionismo e o reforço da unidade, «através do diálogo franco, aberto e democrático», são considerados objectivos prioritários pela CGTP-IN, cujo secretário nacional analisou recentemente com algum pormenor a «situação política económica e social e as suas consequências nas condições de vida dos trabalhadores».

Parante um «Governo do capital contra o trabalho, de submissão às multinacionais e ao imperialismo contra os legítimos interesses do povo português», a Central inclui ainda entre os objectivos prioritários a participação activa «na defesa da carta reivindicativa dos direitos constitucionais dos trabalhadores, no tribunal de opinião pública contra a violação dos direitos dos trabalhadores e na marcha contra o desemprego».

A continuação deste Governo no poder é, segundo a CGTP-IN, uma séria ameaça para a democracia, para o progresso social e a liberdade do povo português.

Combater a política AD/Balsemão e criar condições para a existência de um governo democrático com uma nova política ao serviço do povo e do país.

Degradação em todos os domínios

Depois de considerarem claramente demonstrada a incapacidade do Governo na condução da política económica (um projecto de Plano, em Junho, para 1981 «que desmente os objectivos das grandes opções do Plano publicado em Maio»), os dirigentes da CGTP-IN sublinham «as metas demagógicas» abandonadas pelo Governo AD/Balsemão e denunciadas na altura

própria pela Central. Em vez dessas «metas» o que se verifica é a degradação em todos os domínios da vida dos portugueses, acentua a CGTP-IN que desmascara o Governo quando este «propõe, agora, que em 1981 a economia portuguesa fique praticamente estagnada, que os salários reais baixem, que o desemprego aumente 10 por cento, que o défice externo seja superior a 100 milhões de contos (quase 2 mil milhões de dólares), que o défice do Orçamento Geral do Estado continue a crescer e que os dinheiros públicos continuem a ser aplicados no financiamento dos grandes capitalistas e para pagamento das indemnizações».

A situação social das classes trabalhadoras, no que respeita ao custo de vida, transportes, saúde, higiene e segurança no trabalho, contratos a prazo, habitação, justiça do trabalho, en-

sino, emigração, é alvo de uma análise sucinta, mas suficientemente esclarecedora de uma situação insustentável. Quanto ao custo de vida, caracterizado designadamente por «um dos mais escandalosos aumentos de preços de bens e serviços comerciais», o secretário nacional da CGTP-IN chama a atenção para o facto de a estrutura do índice de preços no consumidor se encontrar «desactualizada e desajustada». Interindo nos preços de alguns produtos escolhidos e limitando as actualizações de bens e serviços originários do sector nacionalizado, o Governo «tenta manobrar no sentido de conter o aumento do índice de inflação, mas deixa crescer os preços de todos os outros produtos», lembra a CGTP-IN.

Controlo especial da Televisão e da Rádio

Através de um controlo «anti-democrático dos órgãos da comunicação social estatizados» com relevo evidente para a RTP e RDP, «transformando-os em autênticos órgãos de propaganda», o Governo AD/Balsemão tenta esconder a impopularidade da sua política que, segundo a CGTP-IN, se caracteriza por:

- Inexistência de um projecto de desenvolvimento nacional;
- Ataque sistemático às nacionalizações com o objectivo de entregar empresas vitais para o desenvolvimento económico do País aos grandes grupos capitalistas — como se verifica mais uma vez com a aprovação pela maioria AD na Assembleia da República

da «lei da delimitação dos sectores» — recusando projectos de desenvolvimento, não obtinindo uma política de preços, desmantelando sectores rentáveis, demitindo gestores competentes só por serem democratas, etc., etc.;

- Dependência em relação ao imperialismo e à política dos monopólios;
- Ataque cerrado à Reforma Agrária, utilizando o comparádo, a corrupção bem patente no elevado número de ilegalidades cometidas e reconhecidas quer pelos próprios serviços do MAP, quer pelos tribunais;

- Política agrícola que visa a falência dos pequenos e médios agricultores através dos aumentos dos adubos, corte de subsídios, falta de medidas de protecção perante intempéries e calamidades, etc., etc.;

- Clara protecção às negociações dos intermediários parasitas, que acumulam lucros especulativos e não tributáveis, verdadeiramente escandalosa.

A oposição firme dos trabalhadores à política deste Governo socialmente isolado é sublinhada pelo secretário nacional da CGTP-IN, que chama ainda a atenção para as graves consequências dos acordos com o FMI e condena vigorosamente «o papel de tração aos trabalhadores, que os divisionalizaram com o objectivo de entregar empresas vitais para o desenvolvimento económico do País aos grandes grupos capitalistas — como se verifica mais uma vez com a aprovação pela maioria AD na Assembleia da República actual».

Assembleia da República

EPAC na Assembleia Nova jogada com o mesmo fim

● PCP impugna a proposta «AD»

Declarado inconstitucional o projecto de decreto-lei do Governo que liberalizava o comércio de cereais, o Governo AD/Balsemão preparou imediatamente nova jogada com o mesmo fim — a destruição da EPAC como grande empresa nacionalizada.

Ao submeter à Assembleia da República o mesmo projecto de diploma em 7 de corrente, só para ultrapassar a questão da incompetência governamental para legislar sobre a matéria, a equipa AD no Governo provocou reacções de vária ordem e proveniência, com relevo natural para os trabalhadores que em plenários das suas organizações representativas fizeram aprovar por unanimidade uma moção que, além de 24 horas de greve em todos os locais de trabalho da EPAC em Lisboa, no mesmo dia (7) em que o Parlamento iniciou o debate do mesmo projecto chumbado pelo Conselho da Revolução, decidiram alertar a opinião pública, os órgãos do poder e os agentes económicos envolvidos no comércio de cereais (produtores agrícolas e moageiros) para a enorme fraude que o Governo e o seu Ministério da Agricultura e Pescas prepararam através de uma liberalização impensada e extemporânea sem que os meios de controlo e de intervenção tenham sido previamente montados».

uma Associação que pretende reparar entre os sócios (e são poucos) um bolo de 10 milhões de contos. Essa associação não foi criada para garantir postos de trabalho, mas para contratar trabalhadores a prazo e ficar com a parte de leão desses lucros anuais da EPAC, através da Lusograin/Dreyfus e de outras multinacionais que já contam em Portugal com os seus homens de mão, a começar pelo próprio ministro Cardoso e Cunha (MAP) um dos defensores mais entusiastas da liquidação da EPAC.

Os trabalhadores da EPAC, com o futuro ameaçado por mais esta iniciativa «AD» deslocaram-se à Assembleia da República onde, à porta, distribuíram um documento dirigido aos deputados no qual manifestavam as suas preocupações. Algumas centenas de pessoas aglomeraram-se à entrada dos visitantes numa longa bicha de espera, já a sessão tinha começado. Funcionava de novo a burocracia. A conta-gotas, lá se encheram as galeitias com a presença de muitos trabalhadores de uma empresa que o Governo ameaça destruir.

Quem garante os postos de trabalho?

Ao contrário do que o MAP prometera, através do próprio ministro, aos representantes dos trabalhadores, o projecto de decreto-lei do Governo não garante por forma nenhuma os postos de trabalho na EPAC. De resto, ninguém no Governo poderia garantir uma coisa que a sua própria actuação desmente. O Governo garante os interesses das multinacionais associadas aos grandes moageiros portugueses. Estes até criaram recentemente a AIM,

PCP impugna autorização legislativa

Após o período de antes da ordem do dia e de um longo intervalo seguido de mais uma interrupção, passava já das 18.45 horas quando se iniciou o debate com a discussão de uma impugnação interposta pelo grupo parlamentar comunista visando a não admissão da proposta de autorização legislativa pedida pelo Governo à AR. Depois de longos conciliabulos, foi nítido que a "AD" pretendia — e o presidente da mesa também — que a impugnação fizesse pouco

barulho e apontavam para a concessão de dois ou três minutos a cada grupo para intervir sobre a questão. Os partidos da direita «dispensavam» mesmo a leitura da impugnação que baseava fundamentalmente as suas razões por considerar inconstitucional uma proposta que não definia minuciosamente os objectivos e os limites que o executivo pretendia para a autorização legislativa solicitada.

As intenções do Governo toda a gente as conhecia. Salgado Zenha, do PS, considerando a impugnação procedente no seu aspecto formal, adiantaria também que se tratava de uma proposta anticonstitucional na medida em que procurava afinal de contas proceder à reconstrução de monopólios. «Tem um propósito mais reacção que a iniciativa do monopólio constituído no tempo de Salazar», afirmava.

O desenrolar dos acontecimentos iria deixar claro aos trabalhadores da EPAC que ainda tivessem dúvidas, que a "AD" não se compadece com preceitos constitucionais. A impugnação foi rejeitada com a votação do costume: ganhou a direita contra toda a oposição.

O que fez correr o Governo?

Não aceitamos as razões do Conselho da Revolução. Foi assim que o ministro Basílio Horta abriu as suas explicações à Assembleia, defendendo que a matéria em debate não se prende com a questão da delimitação dos sectores. Nada menos verdadeiro, como seria demonstrado pelos pedidos de esclarecimento que viriam a seguir das bancadas da oposição, carregados de interperações sobre o sentido da proposta governamental.

Enquanto as bancadas da direita se esvaizavam progressivamente, assegurado que estava que o debate ia prosseguir no dia seguinte e não haveria perigo de uma votação, sucederam-se as perguntas.

Seis deputados comunistas inscreveram-se sucessivamente.

Sousa Marques apontou a falta de fundamentação económica no texto que acompanhava o pedido de autorização legislativa. Ilda Figueiredo perguntaria se os trabalhadores da EPAC tinham sido ouvidos neste processo, uma vez que a Constituição determina a acção dos mesmos em caso de transformação de empresas públicas. E as perguntas embaraçosas iam continuar quando a camarada indagou como era possível manter o emprego e os salários dos trabalhadores quando é pretensão do executivo reduzir drasticamente a actividade da empresa. Intervieram ainda os deputados do PCP Rogério de Brito, Octávio Teixeira e Veiga de Oliveira abordando aspectos técnicos e jurídicos que a proposta levantava.

Por fim, Carlos Brito perguntaria: «Que faz correr o Governo no caso da EPAC?»

O que fez correr a «AD» no caso da EPAC?, perguntou ainda o presidente do grupo parlamentar do PCP. Trata-se — afirmou — de uma operação que envolve muitos milhões de contos, transfere vultosos dinheiros públicos para o grande capital. Mas por que a imprensa, alterando a sua táctica e estratégia parlamentares?

Desde Maio, continou Carlos Brito, que a "AD" apontava o dia 30 de Junho para o encerramento dos trabalhos em plenário. Nós tínhamos proposto a inclusão na agenda de muitas questões de muito interesse para os trabalhadores, para o povo e o país e a "AD" opôs-se intransigentemente. Porque é que neste caso houve procedimento tão diferente? O país pergunta-se se a "AD" não porá as instituições ao serviço dos interesses do grande capital, dos grandes moageiros, que vão ser os principais interessados neste negócio...

O eterno escândalo

	Total de 0/12/80 a 30/4/81 (*)	Maio/81	Junho/81	Total em 30/6/81	%
Governo e Partidos da «AD»	17h 19m 16s	4h 17m 11s	3h 08m 41s	24h 45m 08s	72,1
PS	3h 33m 23s	2h 39m 52s	44m 37s	8h 59m 52s	20,2
PCP	52m 18s	12m 13s	4m 15s	1h 09m 46s	3,3
Fonte da A.R.L. (MCP, UEDS, ISCL, UEP)	55m 04s	8m 30s	28m 03s	1h 31m 17s	4,4

(*) Conforme nota da SIP do PCP de 18/5/81.

24 horas e 45 minutos em 7 meses parece no entanto ser um dado que não satisfaz o Governo e os partidos da «AD». A avaliar pelas notícias publicadas pelo semanário de que é proprietário o Primeiro-Ministro, o Governo sobre recomendação dos seus técnicos de «marketing», pagos pelo Orçamento Geral do Estado, e a pretexto de que «até agora não teria atribuído a devida importância à transparência e publicidade da sua actividade nos grandes meios de comunicação social», prepara-se para reforçar ou tomar mais sofisticadas as violentas doses de propaganda governamental que hoje impõe à opinião pública através da RTP/1.

5 A pertinaz discriminação contra o PCP que avulta dos últimos sete meses dá continuidade à manobra conduzida contra o PCP nas duas semanas que antecederam a campanha eleitoral de Setembro de 1980, onde, recorde-se, a repartição de tempos foi a seguinte:

Governo e Partidos da «AD»	4h 08m 21s
PS/FRS	2h 52m 36s
PCP/APU	7m 35s

6 Não pode deixar de ser considerado muito significativo que, tendo a SIP do PCP publicado em 2 de Junho convicente documentação provando as suas anteriores acusações à RTP/1 (e que esta tinha desmentido) e que tendo a SIP do PCP desafiado a RTP/1 a imitar a SIP do PCP publicando as discriminações diárias dos tempos em que fundamentava os valores globais por si apresentados, — até hoje, passado um mês, a RTP/«AD» continue remetida a um completo silêncio.

7 Informa-se finalmente que, a qualquer dúvida ou desmentido da RTP/1, a SIP do PCP está em condições de divulgar uma relação exaustiva da decomposição diária dos tempos totais agora divulgados para os meses de Maio e Junho de 1981.

2 de Julho de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

1 A discriminação contra o PCP é de tal modo deliberada, profunda e persistente que o balanço realizado revela que até o PPM (com 1h 13m 13s) beneficiou durante os últimos sete meses de mais tempo que o PCP (1h 03m 46s) e que no mês de Junho o PCP teve um sexto do tempo da UEDS (26m 48s).

2 Acentue-se também que de 8 de Dezembro/80 a 30 de Junho de 1981, a RTP/1 (só considerando as entrevistas com duração superior a 15/20 minutos) promoveu, pelo menos, 25 entrevistas ou debates sobre temas ou problemas nacionais, não tendo nenhum dirigente ou deputado do PCP sido convidado para qualquer delas.

3 O programa «Aqui e Agora» conseguiu chegar à data da sua suspensão sem ter entrevistado nenhum dirigente do PCP, apesar de o conjunto das suas edições ter permitido entrevistar 3 membros e dirigentes do CDS (Lucas Pires, Adriano Moreira e Nuno Abecassis) 2 do PS (Maria Barroso e Almeida Santos), 2 do PSD (Carlos Macedo e, em conjunto, Helena e Pedro Roseta), 1 do PPM (Ribeiro Teles) e 1 da UEDS (Lopes Cardoso).

4 O tempo somado pelo Governo e pelos partidos da «AD» representa, em termos televisivos, um verdadeiro massacre dos telespectadores com a propaganda da política governamental, servida quer através de múltiplas reportagens sobre deslocações e afirmações de membros do Governo quer através de numerosas e extensas entrevistas a ministros e dirigentes dos partidos da «AD».

Aumentos para deputados e os outros que se aguentem... ou morram

As reclamações dos reformados, pensionistas e idosos para que seja dada solução aos graves problemas que os afectam não mereceu até hoje qualquer atenção do Governo, que ignorou o Caderno Reivindicativo para o corrente ano que lhe foi apresentado pelo MURPI (Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos) em Janeiro, logo após a tomada de posse.

Legítima indignação do MURPI, de que a respectiva Comissão Permanente dá conta em recente comunicado, levou já milhares de reformados a protestar publicamente junto das autoridades locais em várias cidades, vilas e aldeias contra a política anti-social do Governo e mais recentemente na Assembleia da República, onde foram reclamados os deputados medidas urgentes para a melhoria das suas condições de sobrevivência.

Como refere o comunicado do MURPI, promessas, uma vez mais, não faltaram. Só que, passado mais de um mês, apenas o PS e o PCP requereram do Presidente da As-

sembleia da República o debate de medidas relativas à solução dos problemas dos reformados.

No que toca à «AD», referem, na hora de fechar a presente sessão legislativa os senhores deputados preocuparam-se, entre outras decisões antidemocráticas, com problemas (?) de interesse próprio, apressando a partida para férias e recheando os bolsos com aumentos de 100 por cento nos seus ordenados (fora subsídios, ajudas de custo e outras regalias). Com os escandalosos mais de dois mil escudos diários, tanto quanto recebe para um mês inteiro cada um dos quase mil milhares de pensionistas do regime rural e do regime de pensão social.

Estes e outros reformados, pensionistas e idosos — diz amargamente o MURPI — que morram aos poucos durante as férias dos deputados e enquanto o Parlamento não reabre, pois nunca faltará quem se encarregue de proceder ao seu enterro.

«Nobres Intenções»
O MURPI coloca depois algumas questões pertinentes, fi-

cando à espera que os deputados e ministros da «AD» lhes respondam.

Vão continuar as falácias em que são pródigos sobre as «nobres Intenções» de distribuir justiça social e melhoria de condições de vida para todos os portugueses? Continuarão a considerar muito importante a crise económica e o grande empenhamento em derrubá-la? Como? À custa de quê e de quem? Dos empréstimos norte-americanos e outros, empinando o País à voracidade do imperialismo? Ou os empréstimos vão continuar a servir para que os governantes e as cliques se governem?

Será que as «nobres Intenções» servirão também para justificar os aumentos dos deputados aprovados na Assembleia da República?

Manifestação no Porto

Enquanto as respostas não chegam (chegarão?) os reformados não param a luta. Ainda no passado sábado, no Porto,

um impressionante desfile de reformados e pensionistas percorreu as principais ruas da balnearia portuguesa.

Foram milhares de pessoas que transportando cartazes e bandeiras negras fizeram ouvir a sua revolta e exigiram melhores condições de vida.

Na moção aprovada na concentração que se seguiu ao desfile reclama-se o aumento imediato das pensões do regime geral, do regime especial, da pensão social e das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais, e nomeadamente a fixação em seis mil escudos do valor mínimo da pensão do regime geral.

Os manifestantes expressaram também o seu apoio à Constituição da República e a sua disposição de lutar em defesa do regime democrático, reclamando a formação de um Governo democrático que pratique uma política de acordo com os interesses do povo e que dê satisfação às legítimas aspirações dos reformados, pensionistas e idosos.

Deputados comunistas visitaram Alvalade do Sado

Os deputados do PCP, Carlos Espadinha, Jorge Patrício e Sousa Marques, eleitos pelo distrito de Setúbal, visitaram no passado domingo Alvalade do Sado, retomando as visitas que programaram realizar a todo o distrito.

Recabidos na ECA — empresa de concentrado de tomate — estes camaradas puderam discutir com a administração e com a Comissão de Trabalhadores e ainda com os Delegados Sindicais, os variados aspectos da produção e da política salarial da empresa. O grupo parlamentar do PCP já dirigira ao Governo um requerimento sobre os atrasos salariais verificados ultimamente.

Num almoço oferecido aos deputados estiveram presentes elementos tanto da administração como da Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais. A empresa deslocaram-se ainda, para saudar os camaradas deputados, trabalhadores que na altura se encontravam de férias.

No mesmo dia, à tarde, a jornada prosseguiu desta vez com uma visita à Orisul — União de Cooperativas de Descasque de Arroz — onde se registou também um contacto com a administração e com os trabalhadores.

À noite, na Casa do Povo, completamente cheia, os deputados comunistas participaram numa animada sessão de esclarecimento que se prolongou até à uma da manhã.

Deputados do PCP vão ao Algarve ver como estão os serviços de saúde

Os deputados Carlos Brito, José Vitoriano, Zita Seabra, Vidgal Amaro e José Ernesto Oliveira visitam hoje o amanhã um conjunto de 21 unidades de saúde em todo o Algarve, a fim de tomarem conhecimento directo das graves carências que em matéria de serviços de saúde afectam as populações algarvias.

Os deputados vão distribuir-se por um vasto programa de visitas do qual apontamos:

No dia 9: Carlos Brito e José Ernesto visitam de manhã os hospitais de Castro Marim e Alcoutim, seguindo de tarde, para os de Tavira e de Vila Real. Por seu lado, José Vitoriano e Vidgal Amaro estarão da parte da manhã no Hospital de Portimão e nos Serviços Médico-

Sociais da mesma cidade, à tarde, visitam os hospitais de Aljezur e de Vila do Bispo. Ainda no mesmo dia, Zita Seabra visita de manhã o Hospital de Faro e, à tarde, o Centro de Saúde Mental da capital do distrito e o Hospital de Loulé.

No dia 10: Carlos Brito, José Ernesto e Zita Seabra estarão de manhã no Sanatório, no Hospital e na Clínica Psiquiátrica de São Brás do Alportel, visitando à tarde o Hospital de Odivos. José Vitoriano e Vidgal Amaro deslocam-se na primeira parte do dia aos Hospitais de Monchique e Alcoutim, seguindo de tarde, para os de Tavira e de Vila Real. Zita Seabra, durante a manhã, visita ainda a Associação Distrital dos Serviços de Saúde de Faro e o Posto dos Serviços Médico-Sociais de Faro.

Poder local

Loures: O PS quer enfiar o «capucho»?

Os vereadores do PPD na Câmara de Loures apresentam hoje, segundo afirmou um dos elementos à Televisão, e depois de sucessivas reuniões com António Capucho, secretário-geral do PPD, o mesmo que recentemente propusera a aliança entre o PS e o PPD para as próximas eleições autárquicas, o seu pedido de demissão, concretizando assim a manobra desencadeada pelos vereadores socialistas — em particular por Ríco Calado — com vista a derrubar o executivo camarário da responsabilidade da APU, que desde as últimas eleições autárquicas conta no concelho com uma maioria simples.

Contudo, por agora tudo o indica, a manobra de Ríco Calado, que anteriormente foi presidente daquela edilidade, não resultou a cem por cento. Com efeito, se o derrube da Câmara foi possível, já o mesmo não se pode dizer — por agora — da projectada aliança nas próximas eleições suplementares entre o PS e o PPD.

Valores mais altos se levantaram e o PS, naquela autarquia viu-se perante a hipótese de apenas poder fazer alianças com o conjunto da direita, ou seja com a «AD», o que não abona muito — não só no concelho como no resto do país — a favor das intenções de certos elementos do PS.

Agora, desiludidos, e perante a ameaça de terem de comparecer isolados nas próximas eleições suplementares, os vereadores socialistas queixam-se e dizem que estava tudo combinado com o PPD. Só que este tinha também uma combinação... mas com o CDS.

As ameaças de demissão dos vereadores eleitos pelo PS na Câmara Municipal de Loures concretizaram-se na passada segunda-feira.

Durante meses o cabeça de lista do PS local liderou o boicote cerrado à gestão APU, deu entrevistas mais do que caluniosas para o presidente do executivo, o camarada Severino Falcão, apelou de toda a forma e feito para a formação de uma lista conjunta com o PSD com o objectivo de ganhar a Câmara à APU.

O próprio acto de demissão foi preparado com todo o requinte, chegando ao ponto de o semanário «O Jornal» publicar na edição da semana passada uma fotografia de Ríco Calado assinando o pedido de demissão, três dias antes do mesmo ser apresentado, qual gesto histórico que não se poderia perder para a posteridade...

Elucidativo de quem o fez, sem dúvida, mas talvez um pouco estranho de quem lhe deu cobertura, ou talvez não.

A batalha do PS para a eventual conquista do município de Loures através de um «vasto consenso» com o PSD enfrenta no entanto um inesperado obstáculo — o CDS.

Segurando com firmeza as rédeas da «AD», o CDS veio a terreir lembrar ao PSD que alianças só no quadro da coligação governamental, que arranjos sem a sua presença no quadro das autarquias não seriam aceites, que os casos pontuais só poderiam ser discutidos depois de firmado o acordo entre os parceiros da «AD» para as eleições autárquicas do próximo ano.

Preferindo ga antir desde já a presença nas autarquias onde em 1979 não conseguiu entender-se com o PSD, o CDS realinha assim uma vez mais o seu papel dirigente da direita.

Note-se que não é a aliança com o PS que repugna o partido do dr. Freitas do Amaral, mas sim o ser excluído, seja onde for, pelos seus conturbados parceiros.

É de crer, no entanto, que as conversações do PS com os partidos da direita ainda possam permitir algum «arranjo» tendo em vista eleições suplementares em Loures. Para tal se pode contar com as diligências do senhor Ríco Calado e do secretário-geral do PSD, António Capucho, para já não falar do interesse de Mário Soares, tantas vezes expresso.

Não deixa no entanto de ser curioso assinalar como todos

estes partidos consideram ser necessário juntar-se para derrotar a APU em Loures, quando todos afirmam o «des crédito», o «descontentamento» e outras coisas que tais que o Povo Unido teria provocado na população. Apece perguntar como seria então sem aquelas «ajudas».

Uma nota importante foi também dada a semana passada pelo «Jornal». No artigo em que repete as acusações de Ríco Calado à APU de falta de «democraticidade» na gestão do executivo, afirmava-se a dado passo que na Comissão Administrativa (CA) a eleger para a gestão do município até às novas eleições não deveriam estar representantes da APU.

Mais, o citado artigo recordava o número de membros de cada partido na Assembleia Municipal, alertando para o facto de que teriam de estar todos os da direita (que costumam primar pela ausência) para poder impor uma Comissão do seu agrado, ou seja, com exclusão da APU.

Para quem tanto tem pregado e invocado a democracia aqui está um bom exemplo de democraticidade — excluir da CA a força mais votada no concelho, contrariando abertamente o estipulado na legislação em vigor!

Terra

A CNA define a situação



Reunido no último domingo em Coimbra para analisar a situação da lavoura nas diversas regiões do país, o Conselho Nacional da Agricultura (CNA), constatou existir hoje, pela «primeira vez na história de Portugal», uma movimentação nacional coordenada de agricultores, verificando-se ao mesmo tempo «uma certa comunhão de vontades e acções».

A par disto, aquele órgão concluiu que a CNA é a «única organização que está junta a todos os agricultores de Norte a Sul do país apoiando as suas lutas e reivindicações».

Inserida numa campanha de informação e esclarecimento da opinião pública, anteriormente recomendada à direcção da CNA pelos membros do Conselho Nacional, encontra-se já a circular um comunicado dirigido a todos os agricultores a nível nacional no qual se analisam as dificuldades que atingem duramente a

lavoura. Esta acção de esclarecimento poderá chegar inclusive ao contacto com os turistas, isto caso se venha a manter a aflitiva situação nos campos e o Governo persista na teimosa atitude de se recusar ao diálogo com os agricultores e suas organizações.

A procura do diálogo com todos os órgãos de poder é, aliás, o caminho que a CNA pretende, prosseguir, muito embora o Governo se mantenha silencioso, tendo concedido apenas até ao momento uma audiência, através do secretário de Estado da Transformação e Mercados, às Unões de Agricultores de Viseu e às Ligas e Unões de Agricultores do Baixo Mondego.

Devido ao período de grande aperto no trabalho do campo (a colher a batata, regar os milhos, sulfatar as vinhas, adubar e mandar o arroz), e à baixa participação dos produtores nas feiras de

gado, aquele organismo da CNA propôs o abrandamento do movimento de protesto e reclamação da lavoura. No entanto, logo que as faixas agrícolas o permitam, e se até lá o Governo não atender às reclamações que lhe foram feitas, os agricultores continuarão a prosseguir a sua luta, ainda com maior vigor e firmeza.

Os membros do Conselho Nacional manifestaram também a sua satisfação pelo acolhimento dado às propostas apresentadas na sua última reunião, realizada em 26 de Abril, relativas ao lançamento das campanhas em defesa dos produtores de carne e leite, de batatas e ervilha, compartes de baldios e pela obtenção das indemnizações pelos prejuízos causados pelas geadas e pela seca. Toda esta movimentação mobilizou, segundo o apuramento efectuado, algumas dezenas de milhares de agricultores de praticamente todas as regiões do país.

Derrota do PPD em Valpaços — Sobrinho afastado

A queda do executivo de Valpaços presidido pelo famigerado Sobrinho de Moraes foi saudada em devido tempo com foguetes, numa manifestação clara da alegria popular em se ver livre de um cacique-mor a nível local, exemplo da mais acabada corrupção.

Se o mesmo não sucedeu no passado sábado, quando finalmente a Assembleia Municipal de Valpaços conseguiu quorum para eleger a Comissão Administrativa da Câmara até às próximas eleições suplementares, marcadas para 13 de Setembro, nem por isso a alegria e o interesse da população foi menor, como de resto a afluência à reunião patenteava.

Uma reunião que não foi fácil, uma vez que só à quinta chamada se registaram as presenças necessárias para o funcionamento da Assembleia, que Sobrinho de Moraes desesperadamente tentou impedir.

Durante semanas o ex-presidente andou num corropio junto dos membros da Assembleia procurando desmobilizá-los, numa tentativa frustrada para ganhar tempo e condições para se manter em funções, quem sabe se para apagar todos os vestígios das suas numerosas falcatruas. Não o conseguiu.

Na reunião daquele órgão autárquico, a lista apresentada pelo partido desde sempre apoiante de Sobrinho de Moraes — o PSD — para a constituição da Comissão Administrativa da Câmara foi derrotada, saindo vencedor uma outra composta por elementos do PS e do CDS aprovada por vinte e sete votos a favor, sete contra e duas abstenções.

Esta primeira derrota do PSD em Valpaços — recorde-se como Helena Roseta proclamou alto e bom som o total apoio do seu partido a Sobrinho de Moraes quando se tornaram públicos os primeiros

casos de corrupção — poderá vir a assumir ainda maiores proporções se os membros da actual Comissão Administrativa cumprirmos o que afirmaram ser as suas intenções: levar até às últimas consequências um inquérito à Câmara.

De salientar que até à data o Governo «AD» guardou o maior segredo dos resultados do inquérito oficiais já realizados ao nível municipal, numa vergonhosa manobra de encobrimento e conivência com as obscuras negociações que celebrizaram tão tristemente Sobrinho de Moraes.

Como se dizia em Valpaços no final da sessão da Assembleia Municipal, só no sábado é que «caiu» mesmo o cacique local do PPD. Há agora que trabalhar para que nas eleições de Setembro sejam eleitas pessoas honestas, competentes e dispostas a trabalhar na resolução dos problemas do concelho.

Problemas do Algarve debatidos pelo PCP e MDP

O tão apregoado Plano de Emergência para o Algarve, anunciado por Pinto Balsemão aquando da posse da Comissão de Saneamento Básico do Algarve, não passou da mais vulgar manobra de diversão e demagogia, e assume clara evidência aos olhos de todos a incompetência e a incapacidade reveladas por aquela Comissão — afirma-se num comunicado conjunto do MDP/CDE e do PCP, divulgado no final de um encontro de delegações regionais daqueles dois partidos, efectuado no passado dia 1 de Julho.

No encontro, em que foram debatidos os principais problemas do Algarve, foram definidos como mais graves e de necessidade de urgente solução o abastecimento de água às populações, o saneamento básico em muitas povoações e a falta de habitações acessíveis à maioria da população, situação esta agravada com a paragem dos financiamentos do Governo à habitação social e com a crescente especulação imobiliária a que se assiste.

No documento regista-se com preocupação o agravamento drástico das condições de vida e de trabalho de vastas camadas e sectores sociais algarvios, ao mesmo tempo que o Governo não toma qualquer tipo de medidas concretas para atacar a situação de crise em que se vive.

As delegações dos dois partidos salientam, por outro lado que em muitos órgãos de Poder Local há grande falta de capacidade de gestão, tanto do PSD/«AD» como do PS, sendo frequentes as disputas internas entre eles, os casos de compadrio e corrupção, o virar as costas aos reais problemas da população.

Os participantes no encontro manifestaram igualmente a sua preocupação pelo facto de, face a muitos dos problemas e carências da região, não haver da parte do PS uma posição clara e consequente, assinalando a tendência daquele partido para se aliar à direita nas autarquias de maioria e presidência APU, boicotando a actividade desses órgãos e desenvolvendo nelas acções contrárias ao progresso e ao bem-estar das populações.

Como o documento faz notar, tais atitudes do PS não servem a defesa do Poder Local democrático, não ajudam à resolução dos problemas reais que afectam as populações, nem tão-pouco contribuem para a defesa do regime democrático.

Salienta-se entretanto o trabalho positivo desenvolvido pelos eleitos da APU nos órgãos de Poder Local no Algarve, através da sua dedicação, isenção e honestidade, o que leva as delegações dos dois partidos a considerar que os seus membros estão prontos e aptos a assumir novas e maiores responsabilidades na gestão e administração das autarquias, dando assim um indispensável e insubstituível

contributo para a resolução dos problemas locais.

Nesse sentido, os dois partidos consideram necessário desenvolver esforços para que seja alcançada uma maior actividade dos eleitos da APU nos órgãos de Poder Local e, por outro lado, criar os mecanismos para um maior contacto e difusão das iniciativas da APU junto dos eleitores.

Aumentar a eficácia honrar o mandato

Analisando a actividade desenvolvida, as delegações regionais do PCP e do MDP/CDE concluíram que apesar dos impedimentos e boicotes postos à acção dos eleitos da APU estes chegarão ao fim do seu mandato honrando totalmente os compromissos assumidos para com as populações que os elegeram.

Mais, estão firmemente dispostos a aumentar a eficácia, a aprofundar a democracia, a melhorar o funcionamento dos órgãos autárquicos, para que as populações seja garantida a concretização dos seus desejos, aspirações e necessidades.

Como a experiência tem demonstrado, recordam, será através do aumento significativo dos eleitos da APU nas autarquias que os verdadeiros problemas serão resolvidos, e não das erradas tendências de «alternância de Poder» entre PPD/«AD» e PS e vice-versa.

No quadro das acções a desenvolver no âmbito da APU as delegações acordaram na realização, a breve prazo, de uma conferência de imprensa sobre o abastecimento de água no Algarve, onde serão denunciadas responsabilidades na falta de soluções adequadas imediatas e apontadas soluções de recurso que, na opinião dos dois partidos, podem minimizar as graves dificuldades que neste momento já se fazem sentir.

Por outro lado, foi decidido, dado o grande interesse que tem para a economia de uma vasta região do Algarve a Ria Formosa, realizar, no quadro da APU, um Seminário sobre «O Papel, a Importância e a Defesa da Ria Formosa». A iniciativa decorrerá no mês de Novembro deste ano e nela serão convidadas a participar diversas individualidades nacionais e estrangeiras.

Finalmente, as duas delegações regionais reafirmaram a sua firme opinião de que o reforço da cooperação entre os dois partidos, o reforço da APU nas autarquias locais e a unidade de todas as forças democráticas, constituem factores determinantes para defender os interesses e resolver os problemas das populações e assegurar o prosseguimento do Portugal livre e independente criado pela Revolução de Abril.



Enfrentando enormes dificuldades, os produtores de batata reclamam por todo o país a urgência de medidas por parte do poder central que ponham termo à grave crise existente. São claras e mais que justas as razões que se encontram na origem deste protesto. Na região do Baixo Mondego, por exemplo, com custos de produção calculados em 10 escudos, os agricultores estão a vender a batata nova entre 3\$50 e 4\$00, o que, como facilmente se verifica, provoca um prejuízo de cerca de seis escudos.

Perguntar-se-á: mas então porque a vendem a esse preço? A resposta é simples e justifica-se por dois factores: em

primeiro lugar, os preços regulamentados pela JNF e que nem sequer estão a ser concretizados (5\$50 em Julho, 6\$00 em Agosto e Setembro e 7\$50 de Janeiro a Março de 1982) não só se manifestaram insuficientes logo à partida, como ainda a JNF não iniciou o escoamento da batata à produção; em segundo lugar, as condições climáticas, nomeadamente a humidade e o calor, fazem grelar a batata ainda na terra, do que resulta uma falta de qualidade, que por sua vez dá um fraco poder de conservação.

Ora é exactamente tudo isto que coloca os agricultores num beco sem saída, ou melhor, com uma única nesga por onde têm

de vender a produção a qualquer preço, ou seja a 3\$50 e 4\$00, e mesmo assim com grandes dificuldades, já que os próprios intermediários não se mostram interessados na sua aquisição. É isto, ao que parece, por estarem a comercializar a batata de semente que, por não ter sido utilizada em devido tempo, está a ser vendida como batata de consumo. Em resumo, a inexistência de medidas de apoio da Junta Nacional das Frutas aos agricultores, designadamente o escoamento da batata a preços compensadores, associada à fraca qualidade da produção, criará graves problemas aos produtores e o apodrecimento da batata.

Jovens agricultores reclamam

Em documento dirigido à Assembleia da República, ao MAP e à Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, jovens agricultores de Vila Pouca de Aguiar perguntam que é feito do tão propagandeado subsídio para a instalação de jovens agricultores prometido pelo Governo nas últimas eleições.

Este documento, foi aprovado numa reunião recentemente realizada no salão dos Bombeiros Voluntários daquela vila por iniciativa do Movimento de Jovens Agricultores Transmontanos (MOJAT).

Analisando a actual situação dos jovens agricultores, o documento constata que a origem do abandono da lavoura pela juventude se encontra na falta de condições económicas e de formação profissional, na inexistência de apoios

e incentivos, na falta de condições nas aldeias, assim como na grave crise que a lavoura transmontana atravessa.

É cada vez maior o número de jovens que abandonam a agricultura, procurando na emigração ou noutras profissões (o que também não é fácil em Trás-os-Montes) a justa paga e o próprio reconhecimento social do seu trabalho. As terras vão ficando cheias de velhos. A produção agrícola e pecuária diminui. Os nossos pais, agricultores activos, envelhecem. E Trás-os-Montes e Portugal ficam mais pobres, salienta-se no mesmo documento.

Depois de reafirmar que muitos de nós gostam da agricultura. Muitos de nós aceitamos que o seu futuro profissional seja a agricultura

o texto sublinha ser no entanto necessário que se criem condições para que esse futuro não signifique a escravização das nossas famílias, o desprestígio social, uma vida sem esperança.

Os jovens agricultores abordam ainda a questão das indemnizações a que têm direito pelos prejuízos causados por geadas, granizos, pestes e acidentes no gado. Protestam contra os recentes aumentos de preços dos factores de produção e a manutenção do preço dos produtos na lavoura. Denunciam a escandalosa importação de batata enquanto toneladas apodrecem nas mãos dos agricultores.

É já na parte final do documento que se pede ao Governo: É urgente por um travão ao carro das desgraças da lavoura transmontana, senhores governantes.

Concentração em Moimenta da Beira

Convocados pela Múta de Gado de Moimenta da Beira, Casa do Povo de Granja Nova, e Conselhos Directivos de Ariz e de Pera Velha, cerca de 600 produtores de carne, leite e batata do norte do distrito de Viseu, concentraram-se no passado dia 6, em Moimenta da Beira.

Esta acção, inserida na campanha de reclamação e protesto lançada pela Confederação Nacional da

Agricultura (CNA), incluiu um corte de 15 minutos no trânsito rodoviário da rua principal daquela localidade.

No decorrer da concentração foi aprovada uma moção a ser enviada às Assembleias Municipais do norte do distrito de Viseu (Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Tarouca, Armamar e Tabuaço) onde se reivindicam, entre outras coisas, o quilo da carcaça de vitelo a 250\$00, o da carcaça de porco a 120\$00 e o quilo de frango com 55 a 60

dias a 65\$00; o pagamento do litro do leite da classe «A» a 20\$00 e o da classe «B» a 17\$00; e ainda a garantia de escoamento da batata ao preço de 10\$00 o quilo.

Uma cópia deste documento contendo as reclamações da lavoura local, foi entregue por uma delegação ao presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, com vista a fazê-lo chegar aos órgãos de poder central.

REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

BOLETIM DE ASSINATURA
NOME _____ PROFISSÃO _____
MORADA _____ TELEFONE _____
CÓDIGO POSTAL _____ LOCALIDADE _____
FREGUESIA / CONCELHO, _____
Desejo assinar a Revista Internacional a partir do n.º _____ para o respectivo pagamento envio Escudos:\$00 (assinatura normal) em cheque/ vale do correio n.º _____
Caso pretenda o recibo do respectivo controlo de assinaturas assinale com x (Banco / Estação CTT)
Caso pretenda levantar a revista numa das Populares Livrarias CDL, indique qual.
NOME DA LIVRARIA _____
LOCALIDADE DA LIVRARIA _____

Trabalhadores

Lei do trabalho

2.º Encontro

«Crise dos tribunais»

Num «momento de profunda insegurança jurídica no domínio da lei processual do trabalho», a CGTP-IN promove em Lisboa, pela segunda vez em dois anos, um Encontro sobre a matéria. Nos dias 18 e 19 do corrente, sábado e domingo da próxima semana, nas instalações da Faculdade de Letras, dividido em 4 secções, o Encontro tentará levar a cabo «o estudo do direito processual e da jurisdição laboral vigentes com vista a apontar as linhas da sua reforma, para que a justiça do trabalho se possa transformar num meio mais efectivo de realização dos direitos e garantias reconhecidos aos trabalhadores».

Sindicato dos Magistrados

A ausência de vontade política para aplicar as leis de organização judiciária de 1977 e 1978 era, entretanto, apontada pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, como fundamento da chamada «crise dos tribunais». Em conferência de imprensa os dirigentes sindicais lembraram que o Centro de Estudos Judiciais só ao fim de dois anos depois de criado começou a funcionar e sem capacidade para o desempenho das suas funções.

CCTV/Metal Evolução ou greve

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal reunida em plenário, entre outras medidas relacionadas com o Congresso marcado para 5 a 7 de Dezembro próximo, decidiu «recorrer novamente à greve» caso o patronato não se decida pela evolução das negociações. Feito o balanço da última luta pelo CCTV da classe, o plenário, depois de saudar os trabalhadores, exortou-os a manterem-se mobilizados para a continuação da luta em defesa dos seus direitos e interesses.

Comércio Fusão no Sul

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, ao tratar em comunicado recente do processo de reestruturação dos Sindicatos do Comércio e Serviços da Zona Sul, afirma que as direcções daqueles Sindicatos, nos distritos de Beja, Évora, Faro e Setúbal, desde Abril findo que prepararam o processo de fusão. Além daqueles distritos, a nova associação sindical que resultar do processo abrangerá ainda o distrito de Portalegre.

Mobilização no Algarve

Como noticiámos no número anterior do «Avante!», está a decorrer em dez concelhos algarvios uma semana de luta. Organizada pela União dos Sindicatos de Faro, Sindicatos da região, comissões sindicais de mulheres e jovens e Movimento de Reformados (MURP), aquela iniciativa decorre sob o lema «por uma nova política e um Governo democrático». Num manifesto, aquelas organizações sindicais e populares dirigem-se aos trabalhadores e à população expondo nomeadamente as razões da luta. A dado passo afirmam: «O patronato age a seu bel-prazer, despide, reprime, intensifica a exploração, desprezita as leis, quase só faz contratos a prazo, intimida os activistas sindicais».

Apelo da DORAL

A DORAL do PCP solidarizava-se, entretanto, com os objectivos da semana de luta, apelando a todos os trabalhadores, dirigentes e activistas sindicais, mulheres, jovens, reformados e toda a população do distrito para que participem massivamente em todas as acções.

Nem os Correios escapam?

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) será uma maneira de entregar a empresas privadas a exploração de serviços públicos de comercialização, designadamente em pequenas povoações. Existem milhares com mais de 50 habitantes sem qualquer telefone público ou privado em Portugal. «Grupos de pressão» poderiam actuar no sector tendo em mira o interesse do capital estrangeiro já instalado ou a instalar no País.

O decreto-lei que formaliza essa abertura ao grande capital privado estava há cerca de um mês aguardando homologação. Da responsabilidade do Governo, a existência desse diploma foi confirmada à Federação sindical do sector pelo secretário de Estado das Comunicações. Ao acentuar a possibilidade de aparecerem novas empresas no ramo, aquela Federação, que tem âmbito nacional, chama a atenção para o facto de, se vier a ser homologado, o referido decreto-lei dar «cobertura legal à não concretização da fusão dos CTT e TLP (Correios e Telefones) e à maior privatização da Marconi».



Milhares de povoações sem um único telefone público ou particular



«Liberalização» é o abre-te céasmo de um Governo ao serviço exclusivo dos lucros do grande capital

Interesses no Seguro: Governo só vê o bolso dos ex-patrões

«O Governo AD pretende inviabilizar e destruir as companhias de seguros nacionalizadas; o Governo AD põe em perigo os postos de trabalho dos trabalhadores de seguros». É sob este título que o Organismo de Direcção dos Trabalhadores de Seguros de Lisboa do Partido Comunista Português acusa o Governo de, «sem ter em conta a situação real das seguradoras nacionalizadas», criar obstáculos à sua viabilização económica, com o único objectivo — sublinha — de preparar a reprivatização e a sua entrega aos interesses monopolistas. A mesma posição tomam outras organizações representativas dos trabalhadores naquelas empresas, designadamente as comissões de trabalhadores da Império, EP e da Fidelidade, Grupo Segurador, EP. Comum é também a firme disposição de lutar contra essa situação.

No documento que citámos em primeiro lugar a direcção do Organismo chama designadamente a atenção de «todos os colegas de trabalho para a inação do secretariado da Sindical, para a cumplicidade do seu silêncio face a problemas que terão grandes reflexos no futuro de todos nós», trabalhadores das companhias de seguros. Os actuais conselhos de gestão, da confiança do Governo,

Mas a Federação pergunta: Será através da normalização e do processo de homologação que o Governo conseguirá defender os interesses da indústria nacional perante fabricantes estrangeiros mais poderosos?

Incapacidade

«Invocar a eventual incapacidade dos CTT e TLP» para responder oportunamente «às necessidades crescentes de tipos de equipamento de



Propostas há

assinante e de maior crescimento previsto no mercado das telecomunicações não é argumento fundamentado», sublinha a Federação que acrescenta: «A liberalização poderá, sim, funcionar como o primeiro passo no sentido de alterar o regime de exclusividade tradicional de prestação de serviços de comunicações». Outros passos se seguirão, ou seguiriam. A concretizarem-se os objectivos do Governo AD/Balsemão o eventual Instituto das Comunicações de Portugal podia servir de cobertura à «aquisição liberalizada», enquanto os serviços públicos nacionalizados iam sendo privados de todos os projectos rentáveis, sendo ainda por cima esses mesmos serviços

O decreto-lei a que se refere este trabalho acabou por ser promulgado. Assim, não só se confirmam as preocupações manifestadas há cerca de um mês pela Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações sobre mais esta «liberalização», como se agravam relativamente ao recém-criado ICP, que o Primeiro-Ministro do Governo AD/Balsemão não se esqueceu de incluir, na sua última conversa em família, entre outras iniciativas que considera relevantes em benefício da clientela do Governo, «liberto» assim de «coisas» para que não tem vocação evidente, como seja neste caso a defesa dos interesses económicos do País.

públicos (CTT e TLP) obrigados a ampliar as redes às quais deveria ligar esse equipamento «liberalizado». Segundo os elementos disponíveis, a Federação que não teve acesso ao texto do decreto-lei aprovado pelo Governo, por o secretário de Estado se recusar a fornecer, conclui a partir desses elementos e do que conseguiu averiguar sobre o que seriam as funções do ICP, que a legislação sobre esta matéria «vai de encontro aos objectivos de grandes monopolistas internacionais bem conhecidos», que pretendem

obter o controlo total do fornecimento, instalação e exploração do equipamento terminal de assinante.

A Federação, que condena energeticamente mais este ataque do Governo às empresas públicas e nacionalizadas, neste caso os CTT/TLP, com as perspectivas já anunciadas noutros casos com a gravidade conhecida no que respeita aos postos de trabalho ameaçados, não aceita a aparente «inocência» que teria presidido à legislação sobre o Instituto e as outras alterações.

Grupos de pressão

O secretário de Estado das Comunicações diz, segundo a Federação, que «o Instituto das Comunicações de Portugal será um organismo ligeiro em número de trabalhadores, admitindo a requisição de trabalhadores das empresas do sector e definida desde já a integração dos actuais trabalhadores dos CTT e da Fiscalização Radioléctrica (com a profissão de té da garantia dos direitos adquiridos, etc., etc.). O argumento — acrescenta a Federação — é dar ao Estado o que é do Estado». Será isso, pergunta aquela organização sindical, «ou será para dar facilidades aos amigos, dado que os CTT desde sempre têm gerido e fiscalizado o espectro radioléctrico»? Que «grupos de pressão» irão exercer o seu domínio sobre o ICP?

Em princípio, as principais funções do Instituto seriam ainda segundo a Federação sindical, «coordenar e compatibilizar os planos das diferentes empresas do sector; normalizar e homologar equipamentos de assinante»; funcionar como «órgão de tutela do Governo (este apenas um pretexto para mais uma tentativa de controlo do poder sobre o tão importante sector das comunicações)».

A Federação recorda, a propósito, que na Grã-Bretanha foi criado um conselho das telecomunicações que funcionava como «grupo de



Riqueza nacional que este Governo tenta meter no bolso de alguns «tubarões»

Na pesca Um plano que não houve SNAPA paralisa contra desmembramento e fraude

A Secretaria de Estado das Pescas, em vez de dizer claramente quais são as suas intenções para o sector, «apresentando, por exemplo, o já várias vezes anunciado Plano de Pesca, procura é alimentar a confusão, convocando associações não representativas e por esta via, ao contrário do que tinha sido acordado, evitar a discussão e a consequente procura de soluções para os graves problemas da pesca» — sublinha a Federação dos Sindicatos do sector.

Numa das suas tomadas de posição mais recentes, ao anunciar a paralisação dos trabalhadores da Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto (SNAPA), marcada para ontem, dia 8, entre as 15 e as 17 horas, como forma de protesto contra a venda fraudulenta dos navios daquela empresa nacionalizada ao grande capital privado, a comissão executiva da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca acusa nomeadamente o Governo de autorizar e mesmo estimular a venda a prestações dos navios das empresas nacionalizadas. Ao mesmo tempo que provoca «a paralisação forçada de navios das mesmas empresas» e não fomenta os meios necessários para pescar com regularidade, o Governo AD/Balsemão tenta iludir a opinião pública, «dizendo que se importa peixe porque a produção nacional não é suficiente para o abastecimento público e industrial», acrescenta a Federação. Os trabalhadores da SNAPA, através da Coordenadora das suas organizações representativas em toda a pesca nacionalizada, davam entretanto uma conferência de imprensa sobre a grave situação na

Não é para pescar!

As empresas privadas interessadas nos barcos da empresa nacionalizada Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arrasto (SNAPA) não os querem para pescar. Ao contrário do que poderia parecer, a compra dessas unidades destina-se a transportar peixe comprado no estrangeiro, fugindo assim aos impostos que em condições normais deveriam ser cobrados pela importação. Entre as firmas interessadas nos barcos da SNAPA destacam-se a Empresa de Pesca de Viana e os Colmbras. O peixe comprado no estrangeiro destina-se a ser vendido como produto nacional.

Fecho

O «pacto social», ou «contrato» como também lhe chamam, é uma fórmula oca. Na última conversa em família do Primeiro-Ministro «AD» na Televisão só não ficou claro para quem não quis a falta de sentido, a total incompatibilidade de interesses entre os «parceiros sociais» escolhidos pelo líder do PPD e pelos promotores do divisionismo sindical instalados na UGT. O «pacto» do Governo «AD» com divisionistas e associações do grande patronato teria por objectivo principal o fim da contratação colectiva e tal vez mais que os CTT e TLP o fim dos cadernos reivindicativos, dos acordos de empresa. O «pacto» acabaria, no entender dos seus defensores, com o movimento sindical nos locais de trabalho, atacaria pela raiz o direito de organização nas empresas, a luta pela unidade e a liberdade sindical. É a fórmula mágica da direita e dos lacaios mais fiéis. É o programa da UGT. Mas seria o discurso balsemónico a melhor maneira de defender uma droga dessas? Um senhor que começa por se envaidecer alegremente, reivindicando para o seu Governo tudo o que de mal aconteceu às massas trabalhadoras, desde o aumento do custo de vida até à regressão nas empresas, que «pacto» pode assinar, em que «contrato» pensará? Uma certeza temos nós: é que não era o mesmo em que pensa o milhão de trabalhadores que recusou e recusa o tecto salarial limitado quando é preciso pelas negociações directas como tem feito nos anos anteriores.

PCP

Milhares de pessoas nas festas realizadas

O convívio, a música, o debate, a informação política e cultural, o desporto, as diversões — foram notas comuns que caracterizaram o conjunto das festas realizadas no último fim-de-semana em diversos pontos do país por iniciativa das organizações do PCP.

Integradas nas comemorações do 60.º aniversário do Partido, estas festas, que mobilizaram milhares de pessoas, foram também uma entusiástica afirmação de unidade, em que comunistas e outros democratas conviveram e dialogaram.

A diversidade das iniciativas que compunham os programas, a qualidade artística de muitos dos participantes (nomes já credenciados a par de algumas revelações que vão surgindo nos palcos) e o espírito aberto bem patente nas formas de divulgação dessas jornadas festivas, foram também aspectos que marcaram o último fim-de-semana neste Verão de 81.

Assim aconteceu, por exemplo, no **Barreiro** (Festa da Revolução e do Trabalho), onde esteve presente o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido; na **Bobadela/Sacavém** (Festa da Amizade), onde participou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; em **Lisboa** (na Praça Paiva Couceiro, ao Alto de S. João), na Festa do Futuro, em que falou o camarada Blaquilha Teixeira, também membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; em **Viana do Castelo** (Festa da Amizade), em que participou o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC; em **Grândola**, Vila Morena (Festa da Fraternidade), onde se deslocou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC; no **Porto** (Monte Aventino, S. Roque/Antas), na iniciativa "Férias em Festa", em que esteve presente o camarada Avelino Gonçalves, suplente do CC e membro do Executivo da DORP; em **Odivelas** (Festa da Paz), com a participação de Zita Seabra, do CC; e ainda em **Vale de Cavalos** (Festa do Povo), Rio Tinto, Vila Velha de Ródão e Rossio ao Sul do Tejo.

Festa Férias-81 na Figueira da Foz

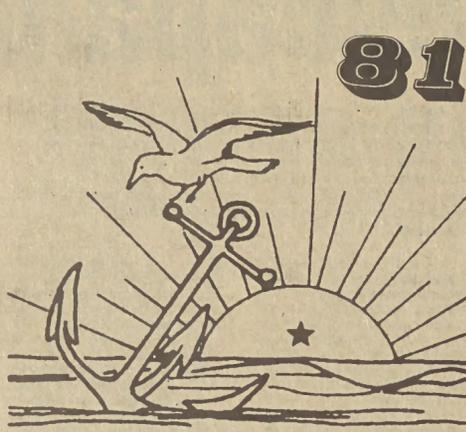
Começa já amanhã, continuando sábado e domingo, a «primeira fase» da Festa «Férias-81» promovida pelo Organismo do Baixo Mondego do PCP na Figueira da Foz. Como já anunciamos a «Férias-81» da Figueira da Foz prolongar-se-á este ano por três fins-de-semana consecutivos (10/11/12, 17/18/19 e 24/25 de Julho), com locais diferentes (respectivamente a Praça de Touros, a Associação Naval 1.º de Maio e o Jardim Municipal), num esquema de organização que leva efectivamente a Festa a toda a cidade.

E «vamos ao que interessa» para este fim-de-semana na Figueira da Foz! **Amanhã** (10 de Julho, rock Português ao vivo com o conjunto UHF, actuando na Pra-

ça de Touros a partir das 21h e 30m; **sábado** (11 de Julho), no mesmo local e à mesma hora, espectáculo com Vitorino, Adriano Correia de Oliveira e Paulo Vaz de Carvalho; **domingo** (também às 21 e 30 e na Praça de Touros) espectáculo de música popular com a Brigada Victor Jara.

O desporto arriba em força como se pode ver: natação, atletismo, corridas de sacos, xadrez e damas (para o xadrez desloca-se à Figueira — expressamente — um mestre que disputará uma simultânea em exclusivo).

Compra já a tua «VE» («Vamos Entrar»), que dá entrada permanente a todos os espectáculos e realizações!



Festa do Futuro na Marinha Grande

A Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande leva a efeito no próximo fim-de-semana a Festa do Futuro. Local: parque de estacionamento por detrás da Mobil.

Vamos ao programa:
Amanhã: 19 horas — abertura; 21.00 — actuação do Duo Despertar; 22.00 — participação do grupo GEFAC, de Coimbra. No restaurante a ementa incluirá carne de porco à alentejana, febras e sardinhas.

Sábado: 10 horas — abertura; manhã desportiva; 16.00 — Duo Despertar; 17.00 — Marionetas; 21.00 — Brigada Victor Jara; 22.00 — actuação da banda «rock» UHF, que interpretará

certamente composições do seu primeiro trabalho de longa duração (o LP «A Flor da Pele»). No restaurante, o menu apresentará frango, coelho assado, febras e sardinhas.

Domingo: 10.00 — abertura; manhã desportiva; 16.00 — Rancho «Juventude Amiga»; 17.00 — Palhaços Emilianos; 19.00 — comício com Octávio Pato e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP; 21.00 — espectáculo com Teresa Paula Brito, Samuel, Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; 22.00 — Actuação de José

Afonso. No restaurante as «atenções» irão para a caldeirada.

Carvejaria, bares, Jogos Populares, quermesse, exposição política, venda de produtos regionais, Mercado da Reforma Agrária e a realização de três colóquios (Poder Local, Saúde e Revisão Constitucional) são outras notas atraentes do programa da Festa do Futuro, na Marinha Grande, onde, entretanto, prossegue com entusiasmo a campanha para o novo Centro de Trabalho do PCP, «grandiosa tarefa de todos os comunistas marinhenses», como salienta a Comissão Concelhia do Partido.



Vamos a Braga!

17-18-19 JUL/81



A maior iniciativa política, artística e cultural do Minho. Esta é a melhor definição da Festa da Alegria, que este ano se realiza pela quarta vez, fruto da vontade firme e do entusiasmo dos comunistas de Braga.

A Festa decorrerá no fim-de-semana de 17, 18 e 19 deste mês, no Parque Municipal das Exposições da cidade, e apresenta um autêntico programa de «luxo». Na próxima semana divulgaremos todos os pormenores da Festa. Desde já podemos adiantar, por exemplo, em termos de participação artística:

Dia 17 — Sérgio Godinho, Carlos Mendes, Edmundo Silva e Manuel Branco.

Dia 18 — Joyce, uma das mais destacadas figuras da música brasileira; José Jorge Letria e Maria Dulce (espectáculo «Das tripas coração»); e Manuel Freire.

Dia 19 — Bibiano e o grupo «Tremvigo», exponentes da música popular da Galiza; conjunto «Trova» e grupo «rock» «Trabalhadores do Comércio», que interpretarão temas do seu recente álbum «Tripas à moda do Porto», que a crítica especializada tem elogiado.

No último dia da Festa da Alegria, portanto, no dia 19, domingo, haverá um grande comício em que usará da palavra o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O comício está marcado para as 17 horas.

Estão previstos colóquios sobre **Revisão Constitucional** (Vital Moreira e José Manuel Mendes), **Adesão à CEE** (Ilda Figueiredo) e **História do Movimento Operário** (Vitor de Sá).

Entre outras, estarão patentes exposições sobre o 60.º aniversário do PCP e a luta do Povo do Minho.

Todas as organizações regionais do PCP do continente levarão à Festa da Alegria a sua representação solidária e combativa. Falando de artesanato, de motivos regionais diversos e de petiscos, a Festa de Braga dará, sem dúvida, uma pequena imagem do País de Abril no seu espaço continental.

Jogos Populares (destaque para o Jogo do Pau), folclore, música popular do Minho, Zés Pereiras e gaiteiros, diversões, surpresas de tudo haverá na Festa da Alegria.

A entrada (Ingressos na Festa-IF's) custa 140\$00 e pode ser adquirida nos Centros de Trabalho do PCP.

Estão a organizar-se comboios especiais de Lisboa e do Porto. Em relação à capital, os interessados devem contactar os CT's na cidade. A passagem (ida e volta) custa 650\$00.

Festa da Primavera em Paivas/Amora

O primeiro sorteio das EP's da Festa do «Avante!» realiza-se na Festa da Primavera, em Paivas/Amora, concelho do Seixal (ver pág. 12). Acontecerá no primeiro dia dessa jornada de convívio, ou seja amanhã, a partir das 21 horas.

A Festa da Primavera é uma iniciativa conjunta das Comissões Concelhias do Seixal do PCP e da JCP. Do seu programa, destacamos:

Amanhã — à noite, varedas com Carlos Mendes, Edmundo Silva, «Galés», orquestra ligeira do Seixal, Cardoso e Rancho Folclórico 25 de Abril.

Sábado — a partir das 21 horas, «rock» ao vivo com os «lodo».

Domingo — tarde infantil com José Barata Moura, Cardoso, Norberto, Fernando e grupo de palhaços «Os Brotas»; às 19 horas, comício com o camarada Domingos Abrantes, da direcção do Partido; a partir das 21 horas, fados com Esmeralda Amoadó, Ana Pinto, César Pinto, José Castanheira, Artur Loureiro, António Coimbra, Luísa Vieira, Tonizé, Olímpio Lopes, Sebastião Jesus, Augusto Pinto e Quim Valente.

Colóquios, futebol de salão, futebol de 7, xadrez, malha, diversões, venda de produtos da Reforma Agrária e serviço de comes-e-bebes funcionarão nos três dias da Festa da Primavera.



Festa da Amizade em Faro

FARO, 11/12 JULHO

S. LUIS PARQUE

festa da amizade

- EXPOSICOES
- ARTESANATO
- FOLCLORE
- CANCOES
- BALLES
- COMES E BEBES
- venda de produtos da Reforma Agrária

COMISSAO CONCELHIA DE FARO, PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

É já no próximo fim-de-semana a «Festa da Amizade» de Faro, em segunda edição e ocupando o agradável recinto da Esplanada de S. Luis Parque da capital algarvia! Organizada pela Comissão Concelhia de Faro do PCP, a «Festa da Amizade» decorrerá os dias 11 e 12 de Julho — e a variedade de «proposais» nele contidas.

Vejam: a abertura far-se-á pelas 15 horas, iniciando-se duas horas depois, às cinco da tarde, um bloco de espectáculos animado por acordeonistas infantis, palhaços («Pantufa & Pantufinha»), «Grupo Rumo Novo» e Rancho Folclórico de Tavira. Mas à noite há mais — e aí teremos, pelas 21 horas, Henrique Pereira com uma sessão de guitarra clássica e depois canções por Samuel e Paulo de Carvalho, que precederão um baile ao som do «Pop's 71». É já que

estamos na onda do espectáculo, aqui vai o programa de domingo, dia 11: manhã infantil com palhaços, jogos e diversões e à tarde espectáculos com começo às 17 horas. Aí estarão ginastas do «Náutico do Guadiana», os Pioneiros de Monte Gordo, um Rancho Folclórico, e o Grupo Coral Alentejano «Amigos da Cooppofa». A noite e antecedendo novo baile com os «Pop's 71», actuarão o «Grupo Rumo Novo», Joaquim Rogério, Luísa Basto, João Fernando, Carlos Mendes e Edmundo Silva. Palcos de mão cheia!

Mas a «Festa da Amizade» do Faro não é só espectáculo. Lá estarão igualmente pavilhões de exposição e vendas, cervejaria com restaurante e mesmo um café informando-se desde já que os expositores abarcam pavilhões do Livro e do Disco, da JCP, sobre as acções de massas e as realizações do Partido no Algarve (neste pavilhão haverá também uma

exposição alusiva ao 60.º aniversário do Partido), dos Pioneiros de Portugal e das Associações de Amizade com outros Povos do Mundo.

E é claro, haverá também um local destinado à venda de produtos da Reforma Agrária, com a presença das UCP's «A Esquerda Vencerá» (Pias) e «Agorada na Aldeia» (Aldeia Nova de S. Bento). Aqui a recomendação de sempre: abasteca-se cedo que os produtos, neste tempo de «AD»/Balsemão, desaparecem num vitor! Presente igualmente uma exposição sobre a Reforma Agrária, que englobará temas das lutas dos trabalhadores rurais do Alentejo e os resultados obtidos.

Haverá igualmente uma intervenção política a cargo de um membro do Comité Central do PCP.

Como nota final refira-se que a compra de um «LT» (Livre Trânsito) permitirá o livre acesso, durante os dois dias e a qualquer hora, ao recinto da Festa.

Festa da Unidade em Sta. Iria de Azóia

Pela terceira vez consecutiva, a Comissão de Freguesia do PCP de Santa Iria de Azóia promove a Festa da Unidade, a realizar no próximo fim-de-semana, no campo de futebol da localidade, e que este ano tem o seguinte programa:

Amanhã: 21.30, abertura e saudação/mini-banda de Sacavém; 22.00 — espectáculo com Paulo de Carvalho, Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; 23.00 — Fado de Abril.

Sábado: manhã desportiva; 16.00 — actuação dos Pioneiros; 17.00 — Rancho Folclórico da Azambuja (adulto e infantil); 18.30 — Carlos Paulo e «MV 2»; 21.00 — colóquio «A Constituição da República e o Poder Local», com o deputado comunista Sousa Marques; 22.00 — baile com o conjunto «Jorge Nascimento»; 23.00 — projecção de filmes.

Domingo: manhã desportiva; 13.00 — almoço da unidade (atenção às inscrições, que ainda funcionam!); 16.00 — espectáculo com os Corais Alentejanos de Alverca e Camarate, acordeonistas e o conjunto «Abril, Abril!»; 17.30 — actuação do Rancho Folclórico Bragadense (adulto e infantil); 21.00 — Canto Livre com José Manuel Osório; 21.30 — comício: intervenção do camarada Manuel Pedro, do CC; 23.00 — espectáculo com José Viana, Dora Leal e o conjunto «Jorge Nascimento»; 24.00 — encerramento da Festa com fogo de artifício.

Nos três dias funcionarão ainda: quermesse, doçaria, pavilhão do livro e do disco, recinto dos Pioneiros, exposição política, pavilhão da juventude, serviço de bar e restaurante.

As actividades desportivas da Festa da Unidade estão assim organizadas:

Sábado: 10.30 — jogo de basquetebol entre as equipas de S. Iria de Azóia e de Pinsoxe; 11.00 — prova de atletismo (marcha) entre o Bairro da Boia Vista (junto à casa dos frangos) e o campo de futebol em S. Iria de Azóia — prova aberta a atletas de todas as idades e de ambos os sexos; 11.30 — jogo de basquetebol entre as equipas do PCP e da JCP.

Domingo: 10.00 — estafeta com início no Bairro da Covina e fim no campo de futebol de S. Iria (prova aberta a atletas de ambos os sexos — com idade a partir dos 15 anos); 10.30 — futebol de 5 entre equipas de Pioneiros; 11.00 — futebol de 5 entre equipas da JCP e do PCP.



Nos dois dias haverá torneios de xadrez, ténis de mesa e chinguilho e provas livres de damas, com a atribuição de prémios para os jogadores melhor classificados.



Alverca da Beira

A «Festa da Ceifa» promovida pelo PCP em Alverca da Beira (Guarda) começará no próximo sábado pelas 20 horas, com um baile no recinto da Feira abrilhantado pelo conjunto «Os Capéis».

O desporto surgirá logo na manhã de domingo com várias provas de atletismo marcadas para as 10 horas, a que se seguirá, pelas duas e meia da tarde, uma gincana de bicicletas. Depois, pelas 16 horas, será todo um tempo dedicado às crianças — Tarde Infantil.

A noite um espectáculo de variedades a realizar na Casa do Povo de Alverca da Beira contará com as presenças de Suzy Quaresma, Fraia Jorge e Luis e outros artistas! E há serviço de bar, pois a festa faz sede!

Buraca

A Comissão de Freguesia do PCP da Buraca (Arnadora) realiza no sábado, com início ao meio-dia, uma jornada de convívio denominada Festa Popular da Buraca.

A iniciativa decorrerá no recinto anexo às instalações da Junta de Freguesia e do seu programa fazem parte: quermesse, divertimentos, espectáculo musical com Maria do Amparo e Carlos Moniz, e intervenção política pelo camarada Abóim Inglês.

Tortosendo

31 de Julho, 1 e 2 de Agosto — três dias de festa, de convívio democrático, de reforço da unidade entre todos os trabalhadores.

E o que se vai passar em Tortosendo, nas Festas Serranas, iniciativa do PCP.

Local de realização: recinto exterior da escola masculina.

Entre outros pontos salientes, as Festas Serranas contarão com a presença de conhecidos artistas no plano nacional e regional.

CARREGUEIRA CHAMUSCA
FESTA POPULAR
DIAS 10-11-12 JULHO 81
No pátio das Escolas Velhas - Rua do Relvão

Carregueira

Por iniciativa da Comissão Local do PCP, começa amanhã na Carregueira (Chamusca) uma grandiosa festa popular de unidade e convívio, que se prolongará até domingo.

A festa realiza-se no pátio das escolas velhas (Rua do Relvão) e tem o seguinte programa:

Amanhã — abertura às 20 horas; baile animado pelo conjunto «Niger», com início às 22.00.

Sábado — 17.00, Cavalhadas; 22.00, baile com o conjunto «Ponto 5 + 1»; 24.00, Canto Livre com Teresa Paula Brito e Filipe Gomes dos Santos; 01.00, continuação do baile.

Domingo — 10.00, atletismo; 12.30, almoço de confraternização (150 cravos), com a presença de uma camarada da direcção do Partido; 18.00, Canto Livre com o grupo «Jornada»; actuação do ilusionista Zurk & Paulo; 19.30, intervenção política por um camarada do CC; no encerramento da festa actuará o Rancho Folclórico «Os Camponeses da Carregueira».

Durante a festa funcionará quermesse e bar com diversos petiscos.

Loures

Um grande comício no sábado, às 21 e 30, com o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e um colóquio sobre Poder Local no domingo, são duas das iniciativas que compõem o variado programa da 1.ª Festa Saloia, que decorrerá no próximo fim-de-semana, em Loures.

A Organização da Zona Ocidental do Concelho de Loures do PCP cabe a responsabilidade da realização da festa, que inclui também um balneario popular no sábado e uma noite do Fado no domingo.

Durante os dois dias haverá ainda actividades infantis, provas desportivas, Canto Livre e sessões culturais. Venda de objectos diversos e serviço de bar também marcarão presença.

A Festa Saloia decorrerá no ringue municipal.

Felgueiras

Organizado pela Comissão Concelhia de Felgueiras do Partido Comunista Português, realiza-se no próximo dia 17, pelas 21 e 30, no Mercado Municipal, uma noite de variedades que contará com a presença do conjunto Rock «Watts» e de Carlos do Carmo.

PCP

A campanha organizativa no distrito de Leiria

- Alcançados bons resultados
- O esforço continua

Está a decorrer com grande determinação a campanha organizativa no distrito de Leiria, registando-se já resultados que comprovam o esforço dos camaradas na região, a qual se caracteriza no plano social e económico por uma acentuada diversidade: pequenos e médios agricultores em todo o distrito, pontos de concentração industrial (Marinha Grande, por exemplo), actividade piscatória (Peniche, Nazaré), etc.

• Comissões Concelhias

Foram reforçadas em quadros três Comissões Concelhias, aumentando-se a sua capacidade dirigente e proporcionando um acentuado melhoramento do trabalho do Partido entre as populações.

Entretanto, constituiu-se e pôs-se a funcionar uma Comissão Concelhia que estava paralisada. Nesse concelho apenas existiam duas Comissões de Freguesia desligadas entre si.

• Células de empresa

«Criaram-se 6 novas células de empresa e puseram-se a funcionar cerca de 10, que há muito não funcionavam ou funcionavam deficientemente.

«Foram criadas ou postas a funcionar 10 células de sector ou serviços.

«Quanto a secretariados de célula, foram constituídos 6. Se por um lado, no que respeita às empresas, se notam alguns avanços, por outro, verificamos, que há ainda muito que fazer.

«Há empresas que, quer pelo elevado número de trabalhadores que comportam, quer

ainda não recrutaram nenhum militante ou que o número de recrutamentos é diminuído em comparação com a influência do Partido nos concelhos.

«A vida tem demonstrado que entre os novos militantes vamos encontrar bons quadros (...)

«Existem concelhos e empresas que têm listas e planos de recrutamento. E onde isso acontece acabamos por verificar rapidamente os frutos desse trabalho. Esta é uma medida que se impõe como necessária e urgente em todo o lado».

• Contactos

Numa outra frente de acção (os contactos), a DORLEI aponta também alguns aspectos interessantes:

«Dezenas e dezenas de cartões têm sido entregues. Várias situações de camaradas que mudaram de emprego ou de residência têm sido resolvidas. No entanto, a experiência já demonstrou que só a planificação destes contactos a partir das Comissões Concelhias poderá levar à prática os objectivos propostos».

Estão programados vários «porta-a-porta» e várias iniciativas para dinamização dos contactos.

• «Avante!» e «O Militante»

«Também aqui, se deram alguns passos importantes alguns concelhos, notando-se algumas subestimações noutras.

«A experiência demonstrou que os avanços se deram onde se discutiu e planificou a venda e a entrega de jornais, estipulando metas, etc.

«O exemplo da venda por simpatizantes em empresas onde temos dificuldades é também de ter em conta como caminho a seguir. No entanto, a experiência mais rica vem de uma freguesia importante, onde há alguns meses vendíamos apenas 10 «Avante!», e, actualmente se vendem 34, devendo-se esse aumento essencialmente a um camarada eficiente que todas as semanas percorre a maioria dos lugares da freguesia vendendo o «Avante!», salienta a DORLEI.

• Quotização

«Houve um esforço das organizações do Partido para cobrarem as quotas dos militantes e para discutir com os camaradas o aumento da mesma. Os frutos desse trabalho foram uma boa recuperação das quotas dos anos anteriores, e 7% dos camaradas já aumentaram a sua quota. Impôs-se melhorar rapidamente a cobrança das quotas de 1981 e discutir com os nossos camaradas o aumento e pagamento mínimo de 50\$00 de quota.

Estes dois factores são decisivos para o equilíbrio financeiro da DORLEI sem o que não é possível o que pretendemos: o reforço organizativo do Partido», concluem os camaradas da DORLEI.

pela alta percentagem de militantes que têm, não podem continuar no actual marasmo organizativo. A criação de secretariados de célula, e a entrada em funcionamento dos núcleos, é um objectivo, justo, necessário e imperioso», refere a DORLEI.

• Recrutamento

De Janeiro a 30 de Maio deste ano foram recrutados no distrito de Leiria 107 novos militantes para o Partido.

Sublinha, a propósito, o boletim editado pela DORLEI: «Esse número poderia ser bastante mais elevado se todos os militantes do Partido dedicassem a esta tarefa melhor atenção. Concelhos há que



«Almada, uma casa do Partido»

- Mais de 10 mil contos em 16 meses!

Está quase no final a campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Almada do Partido.

Encontrando-se no momento à distância de 2500 contos para concretizar o seu objectivo de 15 mil, a Comissão Coordenadora prepara desde já o seu fecho, tendo para tal iniciado a distribuição de cartas a todos os militantes do PCP não organizados no concelho de Almada mas aí residentes, onde se inclui também um postal em que se relata a obra levada a cabo pela organização de Almada do Partido Comunista Português, no caso o novo Centro de Trabalho concelhio.

Tendo conseguido nos 16 meses de campanha já decorridos mais de 10 mil contos e sem contar com os resultados obtidos na Festa da Amizade bem como outras verbas ainda não lançadas, poder-se-á dizer que esta campanha espelha bem

a crescente confiança que a população de Almada tem nos comunistas.

Os contactos agora estabelecidos com todos os militantes e simpatizantes do Partido para o arranque final da campanha terão um duplo sentido: para além do que já referimos, os contactos com todos os militantes vão ao encontro da resolução aprovada no recente plenário do Comité Central e inserida nas comemorações dos 60 anos do PCP.

O donativo de encerramento é o «fecho de ouro» de toda uma campanha onde o seu alargamento muito para fora das portas dos Centros de Trabalho deu frutos preciosos. Houve quem quisesse não só contribuir mas também aderir ao Partido da Verdade, da Esperança e do Futuro, ao PCP.

Prosseguem, entretanto, os contactos com comerciantes no sentido de angariar a sua participação na campanha de

fundos. Tal sistema tem-se revelado como positivo, permitindo, ao mesmo tempo, estabelecer pontos de contacto entre o PCP e a classe dos pequenos e médios comerciantes.

Muitas são também as festas levadas a cabo pelas mais diversas organizações do concelho. Por exemplo, dia 26 de Julho, temos a festa a realizar pela Comissão Local do Laranjeiro; todos os sábados a partir de 11 de Julho, pelas 17 horas, Fados e Guiaradas com os seus inseparáveis bons petiscos no Pavilhão da Romeira; uma excursão a Aviz, no dia 2 de Agosto, e um «piquenique» no dia 15 (realização da Comissão Local de Feijó). A Organização do Chegadinho tem também a sua Festa marcada para o próximo dia 19.

Tudo se conjuga para que o fecho da Campanha de Fundos se concretize o mais

rapidamente possível, constituindo-se como a poderosa afirmação dos laços profundos que unem os comunistas ao nosso Povo e neste caso particular a profunda inserção da Organização de Almada na vida das populações do concelho.



Inauguração do CT de Venda do Pinheiro

«Camarada vem confraternizar e trás os amigos» - este convite da Comissão de Freguesia de Milharado do PCP, a propósito da inauguração do Centro de Trabalho do Partido em Venda do Pinheiro, que decorrerá no próximo sábado, a partir das 15 horas.

Além de um comício em que falará o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central, a jornada de inauguração do CT inclui um grande espectáculo musical com as seguintes participações: Rancho Santo André (Casa do Povo de Mafra), Pioneiros, Ary dos Santos, Zina e Adriano Correia de Oliveira. Fernando Correia será o apresentador.

A iniciativa decorrerá no campo de futebol da localidade.

Novo CT no Barreiro

- «Um grande esforço de todos»

Aproxima-se o momento decisivo da construção do nosso Centro de Trabalho - afirmava um documento da Comissão Concelhia do Barreiro distribuído profusamente na festa da Revolução e do Trabalho, realizada no passado fim-de-semana, naquela cidade, e que reuniu os concelhos da Moita e do Barreiro.

O novo Centro vai ficar localizado na Rua Miguel Bombarda, junto ao campo do Luso. Mas vai ser neces-

dar início às obras de construção - afirma ainda o documento distribuído - a mesma é, no entanto, insuficiente para dar continuidade à grande aspiração dos camaradas, simpatizantes e amigos do PCP.

A Comissão Concelhia do Barreiro lançou uma iniciativa e apela à participação de todos: trata-se de um Diploma-Recordação, que já está à venda. É um



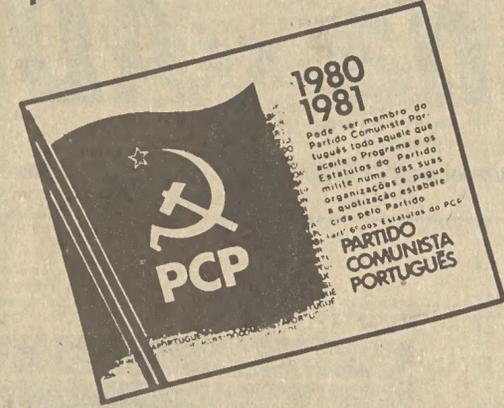
sário um grande esforço de todos - como diz o comunicado - para que uma aspiração se torne realidade. Um apelo a esse esforço era patente num stand que na própria festa mostrava a planta das obras que vão começar em breve. A demolição e a limpeza do terreno já arrancam.

Embora tenhamos verba que nos permite desde já

documento que custa mil escudos e habilita a numerosos prémios - e que pode ser adquirido a pronto ou a prestações, a pagar até ao mês de Março de 1982, em fracções de 100 escudos, e que recordará ao seu possuidor a sua participação na Construção do Centro de Trabalho.

Quem não vai querer participar?

Mais de 500 militantes no concelho de Sesimbra



A Organização do PCP do concelho de Sesimbra, distrito de Setúbal, ultrapassou em meados do mês passado a meta dos 500 militantes, atingindo uma das mais importantes metas discutidas e aprovadas na Organização no início do ano. Esta meta, aliás, enquadra-se num dos objectivos políticos da campanha de Organização em curso no distrito de Setúbal e que pretende chegar ao fim do corrente ano sem nenhum concelho do distrito com menos de meio milhar de militantes inscritos no Partido. Havia dois nestas condições. Um deles era Sesimbra. Pois... deixou de o ser!

De realçar que esta vitória, largamente festejada pelos camaradas de Sesimbra, foi fruto de um grande empenho da organização no aproveitamento das grandes potencialidades existentes no concelho. E embora o trabalho tenha sido bastante positivo na generalidade das organizações, é de salientar o esforço desenvolvido na

Freguesia do Castelo - que recrutou mais de 50% dos novos membros - e, nela, o Comité Local do Zambujal que, com 21 recrutamentos efectuados, duplicou o número dos seus militantes.

É evidente que existe muito ainda por fazer. Há organizações bastante atrasadas nas metas propostas. O recrutamento não pára e todos, incluindo os organismos que estão a alcançar melhores resultados, deverão empenhar-se ao máximo para atingir a meta geral traçada até ao fim do ano. As potencialidades existentes no concelho são enormes. Há que as aproveitar e explorar convenientemente. Dotar o Partido de um número cada vez maior de membros é contribuir para o seu reforço, é ampliar a sua voz e capacidade de intervenção na resolução dos enormes problemas com que se debate o nosso povo e o país.

Força, pois, camaradas! Esta vitória e o estímulo que dela advém permitir-vos-ão novos triunfos!

Iniciativas nos Açores

Integradas, simultaneamente, no esforço organizativo e de mobilização em curso e na campanha de fundos para a reconstrução do Centro de Trabalho de Angra do Heroísmo, destruído pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980, vêm sendo levadas a cabo na Região Autónoma dos Açores algumas iniciativas com expressão crescente.

Assim, realizou-se na Horta, no passado dia 3, um convívio popular, que teve

lugar numa espaçosa área ao ar livre, anexa ao Centro de Trabalho do Partido. Centenas de pessoas participaram nesta iniciativa, que foi a maior até hoje realizada na Horta. De salientar a participação de mais de uma dúzia de amadores musicais, agrupados em três conjuntos, um dos quais constituído por operários da Construção Civil e outro por professores e estudantes do Ensino Secundário.

Barracas de petiscos, exposição e venda de livros, discos e recordações, exposição alusiva ao 60.º aniversário do Partido e uma cuidada decoração do recinto são outros importantes aspectos a salientar.

O camarada José Deq Mota, membro suplente do CC e responsável da DORAA, salientou, numa curta intervenção, a participação activa no convívio de dezenas de

democratas que militam ou simpatizam com outras forças políticas, tendo destacado as reais possibilidades de uma acção comum, que tal facto demonstra.

Entretanto, no passado dia 18 de Junho, em Ponta Delgada, realizou-se no Centro de Trabalho do Partido a tradicional «matança de porco» na qual participaram muitas dezenas de membros, simpatizantes e amigos do Partido.

No domingo plenário em Alcácer

Promovido pelo executivo da Comissão Concelhia do PCP de Alcácer do Sal, realiza-se no próximo domingo, dia 12, um plenário de âmbito concelhio sobre «os fundos no reforço da actividade do Partido».

Este plenário destina-se aos membros da Comissão Concelhia, a todos os responsáveis pelos fundos nas organizações, vendedores do «Avante!», da comissão do bar e banca, comissão de fundos e controlo financeiro.

Em debate estarão temas como a quotização, iniciativas, contribuições, bares, bancas, venda da Imprensa do Partido e organização da frente dos fundos.

O plenário decorrerá, a partir das 15 horas, nas instalações da Casa do Povo de Alcácer do Sal.

Revisão constitucional - reunião em Leiria

Numa reunião de quadros do PCP aberta a pessoas de outros sectores políticos e realizada recentemente no Orfeão de Leiria, o camarada Vital Moreira abordaria várias questões relacionadas com a revisão constitucional, no que seria atentamente ouvido (e questionado) pelas 160 pessoas presentes à sessão.

Denunciando o carácter subversivo do projecto de revisão da «AD» - que mais não pretende que a liquidação pura e simples do regime democrático português - o deputado comunista realçaria também as preocupações das forças

progressistas em relação a alguns pontos de convergência entre o projecto da «AD» e o da FRS, nomeadamente no que diz respeito à limitação dos poderes do órgão de soberania Presidente da República.

Vital Moreira alertaria ainda as forças democráticas para o perigo que constitui a extinção do Conselho da Revolução sem que haja uma alternativa eficaz que o substitua no seu papel de defesa da Constituição. Seguir-se-ia um vivo debate, com o aprofundamento de algumas das mais preocupantes questões relacionadas com a revisão da Constituição.

Convívio na Guarda

No próximo domingo, dia 12, realiza-se um grande convívio entre democratas do concelho da Guarda, no Barroquinho.

Haverá «pic-nic» e sardinhada, numa confraternização que se prolongará por todo o dia.

Entretanto, ainda na zona da Guarda, decorreu recentemente uma festa em Rio do Mel, na qual participaram cerca de uma centena de agricultores e outros democratas. Na altura, efectuaram-se provas de atletismo e um espectáculo com artistas regionais.

Convívio na Azambuja

Atletismo, pesca desportiva, tiro ao alvo e aos pratos, sorteio de um borrego vivo, um porco para a brasa, matiné dançante - estes os principais atractivos do convívio que a célula dos trabalhadores comunistas da Tudor (Castanheira do Ribatejo) efectua no próximo domingo, dia 12, no Palácio da Rainha, na Azambuja.

Salienta a propósito a entidade

organizadora: «Temos a certeza que esta iniciativa, tal como outras realizadas pela célula do PCP na Tudor, vai ser mais um dia de fraterna amizade, camaradagem e alegria. Desde já, fazemos um convite a todos os trabalhadores e à população em geral para virem conviver connosco (...). Recebemos inscrições para a excursão a realizar ao local».

Quem tem o 1889?

O sorteio da Festa da Revolução e do Trabalho, realizada no último fim-de-semana no Barreiro, apurou o seguinte número: 1889.

Para quem tiver a rifa premiada vai uma TV a cores. Parabéns!

Pioneiros de Lisboa vão acampar em Sta. Cruz

De 19 a 25 destes meses funcionará na Praia de Santa Cruz em Torres Vedras o 4.º Acampamento Distrital de Lisboa dos Pioneiros de Portugal, que funcionará com cerca de 250 crianças; entre elas um destacamento de seis pioneiros vindos da República Democrática Alemã.

Após os pormenores de instalação e conhecimento da zona resolvidos no dia da chegada (dia 19, domingo), entrar-se-á no período de «acampamento» propriamente dito, com um programa de actividades e extraordinariamente diversificado que vamos procurar resumir o melhor possível. Assim no dia 20 e a seguir ao acto inaugural viver-se-á durante toda a manhã «Actividades na Praia» (sessão de primeiros socorros pelos Bombeiros locais, demonstração de um salvamento, aprendizagem dos sinais por bandeiras, etc), sendo a tarde reservada a trabalhos manuais, desporto, cinema e concursos.

No dia 21 ressaltam duas novidades - um «Passeio Misterioso» (o que será?) e um convívio com espectáculo animado por artistas locais. O dia 22 é consagrado à FIDA, estando em foco este país e o destacamento de pioneiros que ali se encontra a representá-lo. A 23 volta-se à praia para um concurso de construções na areia, reservando-se a tarde para a feitura de máscaras de Carnaval e a preparação do «Fogo de Campo» (de que falaremos



mais adiante), vivendo-se à noite um Carnaval (para o que o pessoal já estava devidamente «mascarado»).

Sexta-feira, 24, é um dia em cheio. «Jogos sem fronteiras» na praia, feitura de mensagens para lançar ao mar (tema: Paz e Amizade entre os Povos), eleição da tenda mais bem enfeitada, canções e danças... o «Fogo de Campo», o remate brilhante (e alegre!) do acampamento, com uma festa de despedida.

No sábado, 25, após jogos e actividades na praia, realizar-se-á o acto de encerramento do Acampamento, com a despedida dos destacamentos. Até próximo ano, é claro!

Fazer um acampamento não é só montar tendas e alinhar nas paródias.

E as refeições? Ora bem: os Pioneiros também são capazes de resolver isso. O único problema é arranjar os géneros todos. Já viram o que é aquelas 250 bocas a dar ao dente durante uma semana?

Dos leitores do «Avante!», dos camaradas e amigos, os Pioneiros esperam, pois, alguma ajuda. Precisam de géneros. Por exemplo: sumos (embalagens individuais), açúcar, arroz, manteiga, marmelada, leite, ovos, batatas, etc.

As ofertas podem ser entregues na Casa do Pioneiro, Rua Professor Lima Basto, 140, 1.º, esquerdo, Lisboa. Vamos dar uma ajuda!

Assalto em Sintra

Na passada noite de 30 de Junho um grupo de vândalos assaltou as instalações da Casa do Pioneiro do Concelho de Sintra, em Queluz, roubando materiais e géneros de elevado valor, nomeadamente ofertas que as crianças conservavam como recordações, material de trabalho, um televisor, materiais e artigos que os

Pioneiros tinham angariado para o seu acampamento Distrital, nomeadamente azeite, óleo e latas de «Compal». Não contentes com isto, os assaltantes destruíram ainda desenhos e fotografias, numa violência gratuita e inqualificável.

A ocorrência foi participada à Polícia de Segurança Pública local.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sai na próxima semana o n.º 73

Do seu conteúdo destacamos os artigos:

- sobre os problemas da emigração
- sobre as eleições em França
- outros especialmente ligados às questões de organização do Partido

"Foi aqui que Alfredo Diniz (Alex) foi assassinado pela PIDE em 4/7/1945 com 28 anos de idade. Glória à memória deste heróico comunista".

Estas palavras estão gravadas na lápida erigida em honra do nosso camarada, no local exacto onde há precisamente 36 anos foi frito e morto pelo agente da PIDE José Gonçalves, apoiado pelos agentes Mário Constâncio e António Batista da Silva. Ali, na bermã do caminho, situado entre duas curvas, na chamada Volta do Pinheiro, à saída de Bemposta, na estrada que liga Bucelas a Sobral de Monte Agraço.

Por este singular monumento, presença viva, testemunho entre tantos outros de mais um criminoso acto do regime fascista, passaram no último sábado muitas pessoas que ali acorreram ao apelo da Comissão Concelhia de Loures e da Comissão de freguesia de Bucelas do PCP.

Prestar homenagem a Alex fora a razão de tal deslocação. E eram muitos, homens, mulheres e jovens, gente com o trabalho árduo

e a luta estampados nos rostos, empunhando bandeiras e flores, muitas flores que ficaram depositadas junto à lápida.

E todo este movimento transformara já a fisionomia do local. Sob um sol intensamente quente, estendendo-se pela estrada, todos aguardavam o comício que começou às 17 horas e 30 minutos num campo situado a poucos metros de distância do monumento, onde momentos antes o camarada Alvaro Cunhal depositara uma coroa de flores.

A presidir ao comício, para além de vários camaradas das organizações locais do Partido, a camarada Maria Amália Diniz, irmã de Alex, o camarada Severino Falção, presidente da Câmara Municipal de Loures e membro do CC, o camarada Orsina igualmente membro do CC, e o camarada Germano da Comissão Concelhia de Almada e responsável pela H. Faro & Son, empresa onde Alfredo Diniz trabalhara.

Seria ainda esta camarada que numa breve intervenção referiu a forma como nesta empresa Alex é recordado, com um profundo

respeito, simpatia e admiração, por aqueles que tiveram o privilégio de com ele trabalhar e de ver como Alex era um homem corajoso, modesto e estudioso, dando uma grande importância à organização dentro das fileiras da classe operária.

E sublinhou mais adiante: Para os trabalhadores da Faro & Son é um motivo de orgulho e de estímulo que pela empresa tenha passado um camarada com a firmeza e a dedicação ao nosso Partido, como foi o camarada Alex.

Depois, usou da palavra a camarada Alvaro Cunhal cujo discurso publicamos na íntegra noutra local. Atentamente escutado, frequentemente interrompido por aplausos e palavras de ordem, seria ainda a combatividade a dar o tom e a marcar o ambiente do comício.

E já no final, ao sair dali, todos pareciam perfilar um mesmo sentimento: a memória de Alfredo Diniz, herói da luta antifascista, continua viva e presente no coração e na luta diária de todos os trabalhadores.

A razão fundamental, da decadência, desorganização e desactivação das organizações caracterizadamente fascistas é que o grande capital, os grandes agrários, o imperialismo, todas as forças reaccionárias, passaram a depositar as suas esperanças na acção dos partidos reaccionários, que abusando das liberdades e do processo eleitoral, conseguiram maioria na Assembleia da República e conseguiram apossar-se do governo.

O grande capital, os grandes agrários e o imperialismo consideraram que o plano de destruição das conquistas da Revolução, a restauração do capitalismo monopolista e a liquidação do regime democrático teriam mais viabilidade através da «AD» instalada no poder, do que através da acção subversiva e terrorista de organizações directamente fascistas.

Por isso, afrouxaram o apoio político, material e financeiro às organizações fascistas e passaram a concentrar os seus apoios e recursos na «AD» e nos partidos que a compõem.

Isso fizeram os Mellos, os Espírito Santos, o Manuel Gonçalves, o Tomás Feteira e outros activos financiadores da contra-revolução. E também a reacção externa fez o mesmo. Strauss transferiu o apoio de Kautz para o CDS. A «Internacional Liberal» transferiu o apoio do PDC para o PPD.

Por isso todas as organizações caracterizadamente fascistas estão hoje reduzidas aos grupos que constituem quando muito uma reserva da reacção para quando for derrotado o plano «AD» de liquidação do regime democrático a partir do poder. Na actualidade não passam de instrumentos marginais de provocação.

Significará esta evolução que os fascistas desapareceram do quadro político nacional?

Significará isto que a ideologia fascista decidiu o seu próprio desaparecimento?

Não. Os fascistas encontram-se hoje no CDS, no PPD, no PPM — ou seja na «AD». E a ideologia fascista aparece cada vez com maior clareza e evidência na propaganda, nos objectivos e na acção da «AD» e dos partidos que a compõem.

Muitos dos homens dos citados agrupamentos fascistas estão hoje nos partidos da «AD». O professor Morais Barbosa e o coronel Margalho Soares por exemplo, fascistas da velha data, foram com Kautz dirigentes do MIRM. Hoje estão no CDS com destaque em Cascais.

O próprio governo «AD» fazem parte ministros que, no tempo da ditadura, tiveram grandes responsabilidades no Estado e no partido fascista.

O ministro do Estado Basílio Horta foi dirigente do partido fascista. O ministro do Comércio Vaz Pinto foi secretário de Estado do governo fascista. A secretária de Estado da Família, Teresa Costa Macedo foi activa propagandista fascista antes do 25 de Abril.

Entre os deputados da «AD» estão numerosos homens da ditadura, incluindo o antigo ministro dos governos fascistas Adriano Moreira.

O governo «AD» mete fascistas por toda a parte, incluindo em postos-chave. Assim, como exemplos, nomeia administrador do Banco de Portugal o último ministro fascista das Cooperativas Silva Pinto. Nomeia o colaborador da PIDE Feytor Pinto director do «Primeiro de Janeiro», jornal estatizado entregue ao CDS.

Ao mesmo tempo que se «saneiam» homens do 25 de Abril e outros democratas em todo o aparelho do Estado, reintegra-se na função pública com pagamento de retroactivos que sobem a milhares de contos o último ministro do Interior da ditadura fascista e nessa qualidade o superior dirigente da PIDE, Moreira Baptista.

Que mostram todos estes factos? Eles mostram, só por si, a natureza política, os objectivos e a ideologia da «AD», da sua maioria na Assembleia da República e do seu governo. Mostram, só por si, que o Governo «AD» é um governo intimamente ligado ao passado fascista, um governo que usurpou o poder no Portugal democrático saído do 25 de Abril.

Se não houvesse outras razões (e outras razões existem e são razões poderosas) bastaria essa ligação umbilical da «AD» com o passado fascista, os seus interesses, os seus homens, a sua ideologia, para justificar plenamente que digamos: «A luta continua, Balsemão para a rua!».

Para defesa da democracia «AD» fora do governo

Dizemos que há outras razões poderosas para exigir que Balsemão vá para a rua. Essas razões poderosas são a própria política e acção do Governo e os objectivos da «AD» claramente confessados de liquidação do regime democrático.

A política e acção do Governo são razões suficientes para exigir a sua demissão. O Governo intensifica a exploração dos trabalhadores. Contem salários. Agrava vertiginosamente o custo de vida. Fomenta os despedimentos e o desemprego. Discrimina mulheres e jovens. Instala nas empresas um clima de repressão e medo. Retira benefícios sociais. Destroi o Serviço Nacional de Saúde. Conduz os reformados e deficientes à miséria. Atrai os pequenos e médios agricultores com o aumento dos factores de produção, preços não compensadores, dificuldades de escoamento dos produtos. Cria dificuldades insuperáveis aos pequenos comerciantes e industriais.

Violando a Constituição e a legalidade democrática, procura brutalmente destruir a Reforma Agrária, entrega ao desbarato empresas nacionalizadas ao grande capital, restaura os latifúndios, favorece a acumulação e a concentração capitalistas e entrega Portugal ao imperialismo para receber apoio externo, tendo como objectivo a restauração do capitalismo monopolista e a liquidação do regime democrático. O projecto de revisão da Constituição da «AD» é pura e simplesmente um plano de destruição de todas as grandes conquistas democráticas do Povo português, de liquidação pura e simples do regime democrático. Tal é a política da «AD». Tal é a acção da «AD». Tais são os malefícios da «AD». Tais são os perigos que a «AD» faz pesar sobre a vida democrática do país.

Perante tal situação, que atitude podem tomar os trabalhadores, que atitude podem tomar os democratas?

Acitar que o Governo «AD», como disse ontem o Primeiro-Ministro e como parece concordar o dr. Mário Soares, governe (ou desgoverne) ainda mais 40 meses para levar a cabo a destruição total de tudo quanto o nosso povo conquistou com a sua luta e o seu trabalho, com os sacrifícios e o sangue dos seus filhos?

Não camaradas. Em defesa dos interesses e direitos vitais do nosso povo, das liberdades, do regime democrático, da Independência da nossa pátria, a única atitude é lutar pela demissão o mais rapidamente possível do Governo Balsemão, lutar para que não só Balsemão, mas a «AD» seja corria definitivamente do poder.

O órgão do PS «Portugal Hoje» insiste em que lutar pela demissão do Governo «AD»/Balsemão é lutar por um governo ainda mais à direita.

Essa apreciação corresponde a uma atitude de total capitulação ante a acção inconstitucional, ilegal e subversiva do Governo «AD»/Balsemão.

No quadro da Constituição e das instituições é perfeitamente possível fazer frente à reacção, derrotá-la e atirar para a rua o Governo «AD»/Balsemão e criar condições para a formação de um governo democrático com uma política democrática.

A «AD» enfraquece dia a dia pelo fracasso da sua política e pelas divergências, que esse fracasso provoca. A base de apoio social, político e eleitoral da «AD» reduz-se dia a dia. O fluxo da luta operária, as sucessivas e grandiosas grevas, o arranque impetuoso das lutas dos agricultores, a amplitude e o vigor dos protestos populares, a maravilhosa unidade que se verifica nas lutas dos trabalhadores e das massas populares, a reclamação que em toda a parte aparece da «AD» para a rua!, mostram que, ao mesmo tempo que se reduz a base de apoio da reacção, se alarga e reforça a base de apoio da democracia.

Na situação actual, mais que pela própria força que se esvai, a «AD» é sustentada no poder pela passividade e mesmo a compulsião daqueles que, situando-se no campo das forças democráticas, procuram não o combater à «AD», mas aliar-se à «AD» contra o movimento operário e contra o Partido Comunista.

O que dá forças à «AD», são as divisões de democratas, é a colaboração do PS na UGT, é a colaboração de socialistas em numerosas autarquias, é o anticomunismo de Mário Soares, que procura, não a unidade dos democratas, mas o «Bloco Central» com o PSD. «Bloco Central» para efeitos de eleições nas autarquias, tendo em vista tirar à APU e ao PCP a gestão de numerosas Câmaras Municipais. «Bloco Central» para efeitos da revisão constitucional dando à «AD» os dois terços que lhe faltam para alterar disposições constitucionais de importância capital para a defesa do regime. «Bloco Central» para efeitos de futuros acordos do governo.

Esperamos que no conselho de Loures, as ameaças de demissão não se concretizem numa indigna aliança do PS com a «AD» (ou só com o PSD) para, em eleições antecipadas, tentar tirar da Câmara a presidência e a gestão democrática APU. Mas, se essa indigna aliança for estabelecida, confiamos em que o povo do concelho lhe dará resposta, tal como, a manobra semelhante, deu recentemente resposta em novas eleições o povo da freguesia da Póvoa de Santa Iria, que confirmou a vitória da APU e do PCP.

Incluindo os socialistas, consideramos que a linha justa do PS nas eleições para as autarquias não seria a aliança com a «AD» (ou o PSD) para tirar a maioria à APU e os comunistas nas Câmaras onde estes a têm, mas a aliança de todos os democratas para correr com a «AD» das autarquias que dominam e exploram em seu proveito contra as populações.

Lembrando aqui hoje o assassinato pela PIDE de Alfredo Diniz, lembrando os crimes fascistas, chamando a atenção de que o fascismo está vivo e se encontra hoje instalado, actuante e influente no CDS e no PSD, insistindo em alertar os desprevenidos que a «AD» está não só conduzindo o povo trabalhador a uma situação insustentável, como pouco a pouco visa destruir totalmente o regime democrático, nós lembramos também que a reacção não se combate e o regime não se defende fazendo alianças com os partidos reaccionários onde o fascismo e os fascistas têm influências preponderantes.

Para derrotar a reacção unidade e luta dos democratas

A reacção combate-se, o regime defende-se estabelecendo a unidade dos trabalhadores, estabelecendo a unidade de todos os democratas e lutando em comum, ombro com ombro, para que a «AD» saia do Governo e seja formado governo democrático.

E se com a actual composição da Assembleia da República isso não é possível (e até talvez também o fosse) então, que seja formado um governo de gestão, seja dissolvida a Assembleia e sejam convocadas novas eleições, eleições antecipadas.

Estamos profundamente convencidos de que a realizarmos-se, o Povo português, tendo aprendido duramente o que é a maioria «AD» na Assembleia da República e o que é a «AD» no governo, por fim à maioria «AD» na Assembleia da República, votará em massas nas forças democráticas, consolidará assim as conquistas de Abril, salvará o regime de uma revisão subversiva da Constituição e abrirá caminho à formação de um governo democrático ao serviço do povo e do País.

O PCP insiste constantemente na sua política de unidade porque é uma verdade, que só afirmações demagógicas podem desmentir, que, nas condições actualmente existentes, nenhum partido está em condições de ter uma maioria e de governar sozinho. Para governar, qualquer partido tem que fazer alianças. É uma enorme baleia afirmar que o PS poderá alcançar maioria em futuras eleições. Uma maioria democrática e um governo democrático exigem a unidade das forças democráticas.

Por isso, o PCP, ao mesmo tempo que emprega todas as suas forças e energias na organização e desenvolvimento da luta popular, insiste na sua disposição de considerar com todos os democratas, e particularmente com os socialistas, a todos os níveis (na empresa, na instituição, na região ou a nível nacional) todos os problemas relativos à acção comum para derrotar a reacção, para defender os interesses do povo e do País, para alcançar vitórias para a democracia, para assegurar a defesa e a continuação do Portugal de Abril.

No tempo em que Alfredo Diniz viveu, lutou e morreu, já os comunistas se encontravam na vanguarda da luta popular, da resistência antifascista, do combate pela conquista da liberdade e da democracia.

Assim continuou a ser até ao derrubamento da ditadura fascista. Assim continuou a ser após o 25 de Abril. Assim continua a ser actualmente.

Tal como no tempo em que Alfredo Diniz viveu, lutou e morreu, os comunistas continuam a constituir o partido democrático mais consequente, mais organizado, mais mobilizador, o único que ao longo de toda a sua acção em 60 anos de luta, demonstrou, pela sua política, pela sua acção, pelos sacrifícios e as vidas dos seus militantes, estar inteiramente consagrado ao serviço do povo e da Pátria.

Para derrotar a reacção, defender a democracia, provocar uma viragem democrática, é necessária a unidade dos trabalhadores, é necessária a unidade dos democratas.

E isso significa necessariamente a unidade dos outros democratas com os comunistas, porque os interesses do povo e da Pátria não se podem defender, os problemas nacionais não se podem resolver, um governo democrático com uma política democrática não se pode alcançar, sem os trabalhadores e sem o PCP, e muito menos contra os trabalhadores e contra o PCP.

Honra eterna aos mártires e heróis da Revolução. Fascismo nunca mais!

Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

Documento n.º 1

Participação do agente da PSP que recebeu o corpo de Alfredo Diniz

Lisboa, 4 de Julho de 1945.

O guarda n.º 2862 da 4.ª Sec.

Manuel Gonçalves da Rocha

Documento n.º 2

Relatório do assassino, o pido José Gonçalves

Documento n.º 3

Relatório da autópsia do IML em que os peritos definem a trajectória da bala e a intenção de matar

Relatório da autópsia do IML em que os peritos definem a trajectória da bala e a intenção de matar

Relatório da autópsia do IML em que os peritos definem a trajectória da bala e a intenção de matar

Documento n.º 4

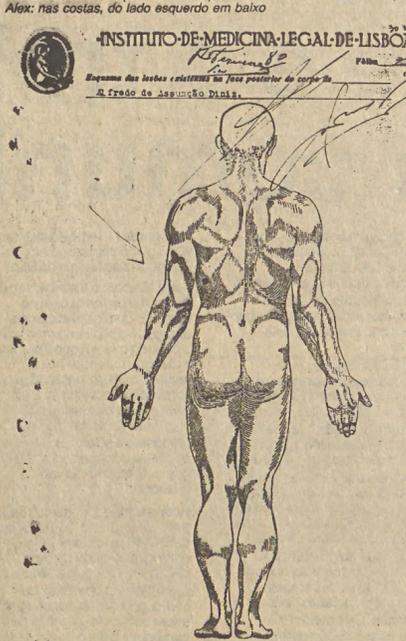
Relatório do IML onde se nega que o tiro tenha sido disparado à queima roupa

Relatório do IML onde se nega que o tiro tenha sido disparado à queima roupa

Relatório do IML onde se nega que o tiro tenha sido disparado à queima roupa

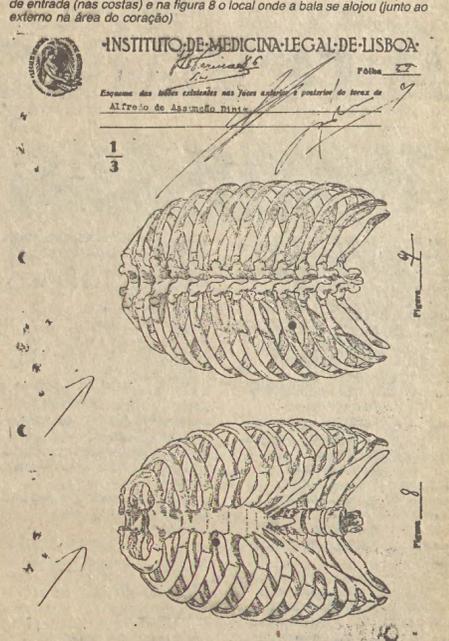
Documento n.º 5

Documento do IML que assinala o ponto de entrada da bala no corpo de Alex: nas costas, do lado esquerdo em baixo



Documento n.º 6

Documento do IML que assinala a trajectória da bala: na figura 7, o ponto de entrada (nas costas) e na figura 8 o local onde a bala se alojou (junto ao externo na área do coração)



Álvaro Cunhal no Barreiro:

Que significa o «bloco central»

No comício realizado no dia 5 de Julho na «Festa da Revolução e do Trabalho» dos concelhos do Barreiro e da Moita, o camarada Álvaro Cunhal abordou o chamado «Bloco Central» nos seguintes termos.

O famoso «Bloco Central» é um projecto ambicioso, para realização a médio e a longo prazo. Tem em vista um acordo e uma coligação PS com o PSD/PPD (ou com a «AD») para a partilha e o exercício conjunto do poder.

Mas o chamado «Bloco Central» tem também expressões imediatas, que mostram com toda a clareza a sua natureza, os seus objectivos e o seu significado. É o caso do «Bloco Central» na organização do movimento sindical, é o caso do «Bloco Central» na revisão da Constituição.

Depois de ter mostrado que o «Bloco Central» no movimento sindical tem a sua expressão na UGT (criada e mantida pelo PS, o PPD e o ODS) ao serviço do patronato reaccionário e do Governo «AD», Álvaro Cunhal abordou largamente o «Bloco Central» nas Autarquias. Referiu a existência de situações diversas nas relações entre comunistas e socialistas. E advertiu para o grave significado do plano de um acordo entre o PS e o PSD para as próximas eleições para as autarquias.

Lembrou a proposta feita publicamente ao PS pelo Secretário Geral do PSD para uma aliança eleitoral tendo como objectivo tirar à APU e ao PCP a Presidência e a gestão das Câmaras Municipais onde a APU ganhou as eleições. E lembrou que o Secretário-Geral do PS, comentando tal proposta a achou «interessante».

Mais recentemente, os jornais noticiaram um encontro de Mário Soares com o Primeiro-Ministro no qual o Secretário-Geral do PS teria proposto uma aliança nas eleições para as autarquias, propondo no concreto que isso fosse encareado provocando eleições antecipadas no concelho de Loures.

Sublinhou Álvaro Cunhal: Existem 7 Câmaras onde a APU conquistou maioria relativa. Se nestes concelhos o PS e o PPD se entendessem e se se repetissem os resultados das votações de 1979, o PS e a «AD» em conjunto poderiam arrancar à APU e ao PCP a presidência e a gestão dessas Câmaras.

É este um objectivo digno de democratas? Se se trata de modificar a situação nas Câmaras Municipais qual o objectivo justo de democratas?

Aliar-se à reacção para tirar à APU e ao PCP a presidência e a gestão dessas Câmaras?

Ou aliar-se à APU para substituir em numerosas Câmaras a presidência e a gestão reaccionária por uma gestão democrática?

Não pomos em dúvida em que os verdadeiros democratas registem uma aliança com a reacção, com a «AD», contra a gestão da APU e desejam que, em aliança com a APU, se pusesse fim à gestão reaccionária em numerosas Câmaras Municipais.

Tomando apenas as Câmaras onde a «AD» tem

maioria relativa bastaria que se repetisse os resultados de 1979 para que uma aliança do PCP e do PS, da APU e da FRS nas eleições para as autarquias, pusessem fim à presidência e à gestão «AD» de importantes câmaras Municipais como as de Coimbra, Faro, Portalegre, Guimarães, Espinho, Belmonte, Peniche, Oeiras, Sintra, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Torres Novas, Mourão, Manteigas, Mafra, Valongo e Alcáçova.

Há casos em que elementos do PS, em concelhos onde existe maioria relativa da APU, negociam com a «AD» ou com o PPD uma aliança com o fim de tirar à APU a maioria relativa.

Mas nós fazemos uma pergunta aos socialistas: não seria mais conforme com os ideais democráticos, considerar uma aliança com o PCP, com a APU, para correr com fascistas e reaccionários de numerosas Câmaras Municipais?

Estará o PS disposto a examinar desde já com o PCP uma eventual actuação coordenada para tirar à «AD» a presidência e a maioria nas Câmaras Municipais citadas e em muitas outras?

De correr com a «AD» nalgumas Câmaras onde a gestão da «AD» é uma história de ilegalidades, de irregularidades, de abusos, de prepotências, de negociações, de corrupção, de desprezo completo pelos interesses e problemas das populações?

Álvaro Cunhal abordou depois aquilo a que chamou o «Bloco Central» para a revisão da Constituição.

Falando do projecto da FRS e do PS de revisão da Constituição disse ser um projecto enganador. Não toca praticamente na organização económica. Deixa ficar as nacionalizações, a Reforma Agrária e as liberdades e direitos dos cidadãos.

Mas, no que respeita ao poder político, contém propostas fundamentais que vão ao encontro das propostas da «AD» e que, na conjuntura actual, encerram gravíssimos perigos para a democracia.

Nós apreciamos e consideramos positivo que o projecto da FRS não proponha alterações de fundo em matéria de organização económica e de direitos e liberdades dos cidadãos. Que mantenha as disposições relativas às nacionalizações e à Reforma Agrária.

Mas de que serve isso, se faz tais concessões à reacção em matéria da organização do poder político, que a reacção se fosse aprovada o projecto da FRS, ficaria com o caminho aberto para a conquista total do poder?

Assim, segundo o projecto do PS e FRS, entre outras propostas, o Governo deixaria de responder perante o PR e o PR deixaria praticamente de poder destituir o Governo.

O que significaria isto na situação concreta que vivemos?

Significaria que o Governo da «AD», fizesse o que fizesse, violasse que violasse a Constituição, não poderia em caso algum ser demitido porque o PR nada poderia fazer e a AR, com maioria «AD» seria protecção bastante para o Governo se manter no poder.

Também segundo o projecto do PS e da FRS, se é certo que o PR continuaria a nomear o chefe do EMGFA, quem faria as propostas seria o Governo.

O que significaria isto na situação concreta que vivemos?

Significaria que, ou o Presidente aceitava a 1.ª, 2.ª ou 3.ª proposta e entregaria assim as Forças Armadas à reacção para que as Forças Armadas passassem a dar cobertura à destruição do regime democrático, ou recusaria aceitar as propostas e criar-se-ia uma situação insustentável, o impasse das instituições, a desestabilização das Forças Armadas, — tudo em vantagem do plano subversivo da «AD» instalada no poder.

Também segundo o projecto da FRS, o CR é extinto e os seus poderes passariam para vários outros órgãos (Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho da República, Tribunal Constitucional) em cuja composição proposta pela FRS seria muito facilmente assegurada maioria «AD».

Assim, o julgamento da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das leis, hoje da competência do Conselho da Revolução, passaria para um Tribunal Constitucional de cujas sentenças não haveria recurso e em cuja composição a «AD» poderia assegurar a maioria.

O que significaria isto na situação concreta que vivemos?

Significaria que o Governo e a Assembleia ficariam com as mãos livres para fabricarem leis absolutamente inconstitucionais subvertendo instituições e direitos, destruindo o regime.

Estas propostas do PS/FRS são diferentes das da «AD». Mas convergem em pontos essenciais com as da «AD».

Um acordo PS/«AD», o chamado «acordo de regime», nesta matéria representa um perigo real para a democracia: a entrega total do poder (civil e militar) aos partidos reaccionários, aos partidos que querem destruir o regime democrático.

De pouco ou nada serve manter na Constituição os princípios de organização económica e das liberdades e direitos dos cidadãos se o poder total passa para forças que têm mostrado não respeitar nem Constituição, nem legalidade democrática, nem princípios morais, e tornam como objectivo central, fundamental e determinante a liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático, a restauração do poder dos monopólios e latifúndios e a instauração de uma nova ditadura.

É esta uma questão central que não devemos perder de vista ao examinarmos os projectos de revisão da Constituição e ao formarmos uma opinião sobre eles.

A Constituição é a lei fundamental do País. É necessário defendê-la. Defender a Constituição é defender o regime democrático.

Morreu Carlos de Oliveira

Carlos de Oliveira morreu com 59 anos, na madrugada de 4 de Julho. Nasceu em Belém (Brasil) em 1921, com dois anos veio para Portugal, onde se pai se fixou, numa região — a Gândara — que profundamente marcou a sua obra. Escreveu ele: «Meu pai era médico de aldeia, numa aldeia pobríssima: Nossa Senhora das Fiebras. Lagoas pantanosas, desolação, calcário, areia. Cresci cercado pela grande pobreza dos camponeses, por uma mortalidade infantil enorme, uma emigração espantosa. Natural portanto que tudo isso me tenha tocado (melhor, tatuado)».

A sua obra poética encontra-se, hoje, reunida em dois volumes com o título de Trabalho Poético. Nesses dois volumes reuniu poemas, muitas vezes profundamente alterados, dos livros que entretanto fora publicando: Turismo, Mãe Pobre, Colheita Perdida, Descida aos Infernos, Terra de Harmonia, Cantata, Sobre o Lado Esquerdo, Micropaisagem, Entre Duas Memórias, Pastoral.

Em prosa escreveu e, em muitos casos, reescreveu: Casa na Duna, Alcatela, Pequenos Burgueses, Uma Abelha na Chuva, O Aprendiz de Feliteiro, e Finisterra, que recebeu o prémio «Cidade de Lisboa», de 1978.

Ao longo de cerca de 40 anos, a sua obra, que se inicia com o neo-realismo, foi sendo laboriosa e criativamente escrita e reescrita. Foi-se tornando diferente, mas mantendo a sua unidade e coerência; foi-se relacionando

com diferentes correntes da literatura do seu tempo, mas mantendo a sua individualidade própria, o seu carácter de aventura de conhecimento e o seu poder de encantamento.

A Direcção do Sector Intelectual, a Direcção de Artes e Letras e a célula dos escritores de Lisboa do PCP manifestou, em nota divulgada no dia da sua morte, profundo pesar pela perda de Carlos de Oliveira.

«Pela sua obra, que é certamente uma das mais belas da literatura portuguesa contemporânea, pela sua seriedade intelectual e pela sua dignidade moral e cívica, pela posição que sempre foi a sua, ao lado da luta dos trabalhadores e do Povo português, prestamos a nossa homenagem, em nome dos intelectuais comunistas ao amigo desaparecido, com a convicção de que a manifestamos a alguém cuja obra era já, antes da sua morte, património vivo do povo de Portugal.»

Também o Grupo Parlamentar do PCP, pela voz do deputado José Manuel Mendes, apresentou na Assembleia da República, um voto de pesar pelo desaparecimento de Carlos de Oliveira, a que os deputados de todos os partidos se associaram, tendo assim «a Assembleia da República expressado o seu fundo pesar e honrado a memória de Carlos de Oliveira, um dos maiores escritores portugueses de todos os tempos.»

Carlos de Oliveira foi um grande escritor da literatura portuguesa do nosso tempo.

Do modo como escrevia ele falava como de um trabalho. Como do trabalho de um camponês, de um artesão, de um operário. E por isso a sua obra traduz o esforço e o rigor, a paixão e a criatividade de uma consciência profissional e a seriedade moral que o trabalho e os trabalhadores representam, como instrumento e agentes de transformação do mundo, de criação do futuro.

O trabalho de Carlos de Oliveira era feito com as palavras e as frases de uma língua que ele sabia não ser só dele, mas de todo um povo; e que, como o povo que a fala, tem a sua história. O seu trabalho reflectia a sua experiência individual, os seus sonhos e aspirações, os seus sofrimentos e angústias, e ligava-se directa e indirectamente à realidade mais ampla do seu país, do seu povo, do mundo.

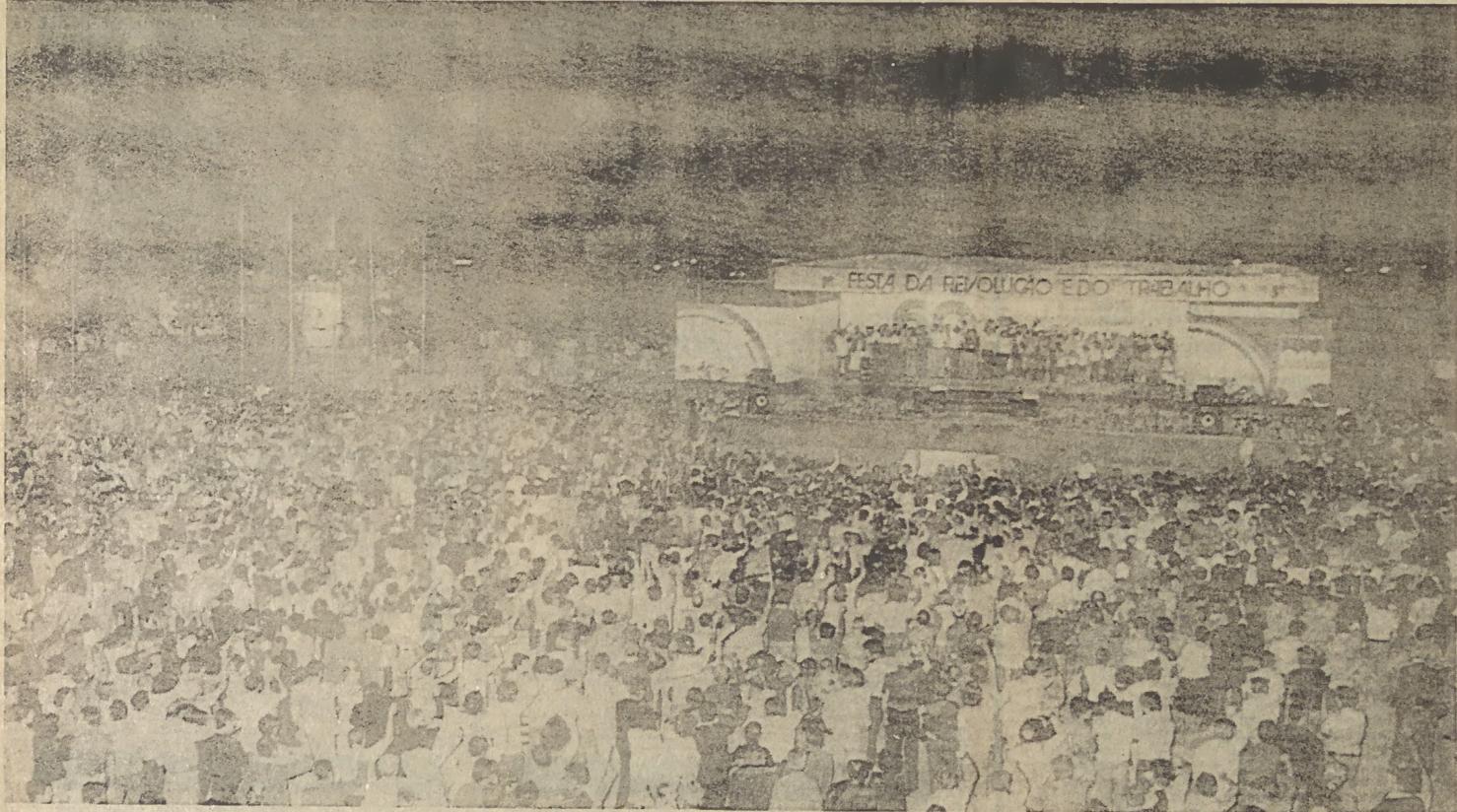
Quando a literatura fala do mundo, das coisas, dos homens e da sua vida e transformações — como Carlos de Oliveira fala na sua obra — a literatura toma-se, plenamente, uma maneira de estreitar as relações dos homens com a natureza e o seu tempo histórico, ajuda a transformar a vida. Toma-se uma maneira de educar a nossa sensibilidade e de nos dar a conhecer a beleza. Por isso, a obra de Carlos de

Oliveira é uma das mais vivas e das mais belas da literatura portuguesa contemporânea.

Expressão de uma experiência, por vezes muito íntima, mas também histórica e colectiva; profunda e autenticamente amargurada, mas portadora de uma infatigável esperança; a obra de Carlos de Oliveira é uma voz humana de enorme beleza, um património inalienável do Povo português e das suas forças democráticas e revolucionárias.

Por opção política, por rigor intelectual e moral, Carlos de Oliveira esteve e estava com a Revolução portuguesa, com a sua defesa e o seu futuro. Com a sua morte, os trabalhadores portugueses perderam um amigo seu, um artista cuja obra lhes pertence pelo seu significado e pelo seu valor. Entretanto, com a nossa luta de revolucionários, nós temos e teremos a sua obra. Iguamente a teremos, cada vez mais próxima do Povo português, no país que construiremos mais livre e independente, mais culto e mais feliz.

A luta que travamos contra a exploração e a opressão, a luta que travamos pela democratização da cultura (e que é também para que a sua obra como a de muitos outros possam ser conhecidas, mais e melhor, por um número cada vez maior de nós), são a melhor homenagem que podemos prestar a Carlos de Oliveira. — Manuel Gusmão



A revolução e o trabalho numa festa comunista

Foi nos terrenos adjacentes ao pavilhão dos trabalhadores da Quimigal. Quem não se lembra do último Congresso do Partido? Pois aí mesmo, era desia vez a Festa da Revolução e do Trabalho, três dias de alegria e de luta que trouxeram muita gente do Barreiro e da Moita, os concelhos cujas organizações do PCP promoveram esta festa. Os atractivos eram não apenas a confraternização que sempre reina nestas iniciativas, mas um vasto programa de espectáculos, as exposições e os stands de venda de artesanato. E, a encerrar, o comício em que participou o camarada Álvaro Cunhal.

No fim de tarde ventosa de domingo passado, a pé ou de autocarro, ou até de comboio, gente com ar de praia chegava até ao recinto ou a ele voltava depois de o ter visitado nos

dois dias anteriores. Era a hora em que já a instalação sonora anunciava o jantar nos restaurantes e nos stands de petiscos. A essa mesma hora, pouco passava das sete da tarde, o camarada Álvaro Cunhal visitava a festa. A revolução e o trabalho, isto é, as conquistas que o 25 de Abril permitiu aos trabalhadores, o e o reforço que foi necessário para erguê-las, estavam patentes em muitos pavilhões que os dois concelhos — Moita e Barreiro — ali tinham construído. «Melhor que o ano passado», foi a opinião unânime.

«Discutir o futuro transformar a cidade»

Todas as organizações de freguesia dos dois concelhos

apresentavam pavilhões, nos quais, a par dos aspectos mais significativos de ordem autárquica e política, propunham aos visitantes alguns artigos mais característicos da produção que em cada uma se podia recolher.

Uma das exposições mais significativas era a do concelho do Barreiro, com uma bem organizada apresentação dos problemas e realizações da autarquia. «Discutir o futuro, transformar a cidade», dizia um dos painéis que parecia resumir toda a exposição. Com efeito, todas as grandes realizações da autarquia, de maioria comunista, viradas para o futuro de uma comunidade de grandes tradições democráticas, foram sempre discutidas democraticamente e apoiadas pela população. Que melhor lema para uma exposição assim? «Discutir o futuro» poderia

também ser o lema da demorada visita que o camarada Álvaro Cunhal fez ao recinto da festa.

Saudado com a fraternidade de quem já o conhece bem no Barreiro, com os tradicionais abraços e apertos de mão, com o beijo da criança que lhe chama a atenção batendo-lhe com uma revista no braço, a visita foi pontuada por perguntas e respostas que foram não só um enumerar de problemas como respostas e soluções esperanças para um presente que está mal e que urge melhorar.

Acompanhado, entre outros, pelo camarada José Teodósio, da DORS e do Comité Central, o secretário-geral do Partido, detinha-se aqui para se inteirar das lutas das operárias das confecções, mais adiante para saber como vão as iniciativas da campanha para o novo Centro de Trabalho.



Documentos da Conferência Nacional do PCP (Porto, 31 de Maio de 1980)

Não ao Mercado Comum

A mais completa análise realizada no nosso país sobre a adesão de Portugal à CEE e as suas consequências na economia nacional.

À venda



SEMANA Internacional

1 Quarta-feira

Em entrevista ao "Le Monde" o presidente francês François Mitterrand considera uma pressão inaceitável a declaração do departamento de Estado dos EUA afirmando que a presença de comunistas no governo francês "afectaria" as relações entre os dois países, sublinhando que a política francesa é feita em França e que seria inadmissível que o chefe de Estado se deixasse influenciar por considerações que não fossem determinadas pelo que pensa ser o interesse do povo francês. O Conselho de Segurança da ONU responsabiliza os EUA pelo impasse no plano de independência da Namíbia, recordando que é graças ao apoio militar dos EUA que a África do Sul tem podido intensificar o seu domínio ilegal sobre este território. A nova clique dirigente chinesa publica um documento onde se classifica a chamada "Revolução Cultural" como "catastrófica" e se responsabiliza directamente Mao Tsé-tung pelos seus resultados; entretanto o chefe do Estado Maior das FFAA chinesas, general Yang Deyi, inicia uma digressão pela Europa capitalista com o objectivo de comprar novos tipos de armamento.

2 Quinta-feira

Em conferência de imprensa realizada no final de uma visita de quatro dias a Moscovo, o dirigente social-democrata da RFA Willy Brandt aconselha os EUA a darem maior atenção às propostas da URSS sobre negociações relativas à instalação de mísseis nucleares na Europa e ao desarmamento. No Brasil dirigentes da oposição e a Ordem dos advogados acusam o Exército brasileiro de estar a encobrir a actividade terrorista de alguns dos seus membros. A RDA considera escandalosas as leves penas aplicadas no julgamento dos criminosos nazis do campo de concentração de Maidanek, realizado em Dusseldórfia, considerando-as um sinal de que as simpatias nazis ainda prevalecem na RFA. O FMI anuncia o aumento das suas taxas de juro. O parlamento iraniano marca novas eleições para preencher as vagas deixadas pelos deputados que morreram no atentado terrorista que, no passado domingo, destruiu a sede do Partido Republicano Islâmico.

3 Sexta-feira

O primeiro-ministro polaco, Wojciech Jaruzelski, anuncia uma remodelação governamental que envolve a demissão de oito ministros e a reestruturação do respectivo sector económico. Em conferência de imprensa e a propósito do 35.º aniversário do início da chamada "guerra da Coreia", o embaixador da RPD da Coreia (do Norte) em Portugal, Jon Yong Jin, denuncia a eventualidade de as tropas americanas estacionadas no Sul tentarem uma invasão da parte norte da península. Os países que integram o CAME consideram, na sua 35.ª reunião a decorrer na capital búlgara que, no essencial, têm solucionada para a próxima década a questão do abastecimento em combustíveis, energia, matérias-primas, máquinas, equipamentos e outras mercadorias. Na sequência da aprovação pelo governo britânico de uma nova lei racista da nacionalidade, grupos de jovens brancos ostentando suásticas irrompem à noite no bairro de Southall, nos subúrbios de Londres e essencialmente habitado por asiáticos, originando cinco horas de violentos motins raciais, grande número de feridos e enormes prejuízos materiais.

4 Sábado

Uma comissão da ONU denuncia em Londres a existência de centenas de crianças entre os dez e os 17 anos na prisão racista sul-africana de "máxima segurança" de Robben Island. O Partido Comunista da URSS (PCUS) dirige-se por escrito aos vários Partidos Socialistas e Social-Democratas da Europa Ocidental apelando para esforços na luta comum de salvar a paz.

5 Domingo

Um comunicado conjunto divulgado no final da visita do ministro dos NE soviético, Andrei Gromyko, à Polónia acusa círculos políticos ocidentais de tentarem aproveitar-se da situação neste país para descreditar o sistema socialista e destruir as bases do desanuviamento, sublinhando ainda que a Polónia foi, e é continuará a ser um elemento da comunidade socialista. Rádio Israel declara que os resultados finais das eleições gerais de 30 de Junho passado tinham dado ao bloco "Likud" mais um lugar que ao Partido Trabalhista, na oposição, o que, aparentemente, permitiria a formação de uma nova coligação pelo primeiro-ministro sionista Menahem Begin. O Vietname divulga os nomes dos 45 membros do seu novo Conselho de Ministros presidido por Pham Van Dong. Com um dia de comemorações a nível nacional, a Argélia celebra o XIX aniversário da sua independência. Conflitos e motins no bairro de Toxteh, na cidade britânica de Liverpool, habitado predominantemente por negros, opõem a polícia a jovens negros e brancos desempregados em consecutivas batalhas campais que começaram na sexta-feira e só amainaram esta madrugada, com um total de 255 polícias feridos, dezenas de prisões de jovens negros e brancos e o bairro semidestruído.

6 Segunda-feira

O ministro britânico do Interior anuncia que a polícia passará a utilizar métodos mais violentos para reprimir a crescente agitação provocada pela crise social e o desemprego. A agência espanhola EFE anuncia a libertação da ex-presidente argentina Isabel Peron. Após um dia de conversações com o seu homólogo britânico "lord" Carrington, o ministro dos NE soviético, Andrei Gromyko, declara que a URSS não considera realista a proposta da CEE sobre o Afeganistão. É encontrado crívado de balas na mala de um automóvel um industrial italiano raptado em Maio passado pelos terroristas das "Brigadas Vermelhas"; foi convocada uma greve nacional de protesto.

7 Terça-feira

A violência no bairro de Toxteh, na cidade portuária britânica de Liverpool, reacende-se pela terceira noite consecutiva, encontrando-se neste momento um contingente de dois mil polícias na zona para reprimir as movimentações dos jovens desempregados. Camillo Rivera, representante da FLMN de El Salvador na Costa Rica, afirma que o seu movimento recusa as "eleições gerais" propostas pela junta fascista no poder, as quais constituem uma nova manobra da administração Reagan para tentar reabilitar a Junta militar perante a opinião pública mundial.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 7 de Julho de 1979 os governos dos EUA e da RP da China assinam um extenso acordo comercial válido por três anos, que concede aos dois países a categoria de "nações mais favorecidas", acto que revela a clique maoísta já descaradamente conluída com o imperialismo.

Internacional

Quem poderia estar interessado no atentado de Teerão?

Enquanto se vão preenchendo as posições em aberto no aparelho do Estado e do partido no poder, se inicia o registo dos candidatos à presidência da República no Irão, e se cruzam acusações, continuam de facto por esclarecer as responsabilidades do atentado terrorista de 28 de Junho.

Os factos podem entretanto ajudar a discernir quem poderia estar interessado nos sangrentos acontecimentos desse dia. A acção terrorista de 28 de Junho vitimou 74 pessoas, entre os quais importantes personalidades do partido no poder e no governo, o chefe do Partido Republicano Islâmico (PRI), quatro ministros vinte deputados, todos do PRI. Foi desencadeada num momento em que na sede do PRI decorria uma reunião extraordinária do comité director do partido, alargada nomeadamente aos quadros responsáveis de diversas províncias, membros do governo, deputados.

Que temas estavam em debate nesta importante reunião? A designação oficial de um candidato à presidência da República; medidas contra a proliferação de acções terroristas; a situação económico-financeira do país;

o projecto de lei sobre o funcionamento dos partidos políticos.

No que respeita a este último ponto, havia já consenso para, num curto prazo, proceder à legalização de várias organizações islâmicas e não islâmicas, nomeadamente o Partido Tudeh (comunista) e o Fedayin (tendência maioritária).

Em vésperas do seu assassinato, Mohamed Mountazeri, próximo de Khomeiny, afirmou: «Para neutralizar a ameaça contra-revolucionária fomentada pelos Estados Unidos, estamos decididos a favorecer a criação de uma frente anti-imperialista, agrupando muçulmanos e não muçulmanos, mesmo quando estes sejam adeptos do marxismo».

Quem poderia estar interessado neste golpe terrorista, senão de facto o imperialismo norte-americano, ou os que fazem o seu jogo, conscientemente ou não, como foi denunciado nas ruas das cidades iranianas quanto milhares e milhares de pessoas saíram de suas casas ao tomar conhecimento da notícia do atentado?

A situação no Irão é muito complexa, como uma vez mais

o demonstra a própria orientação (pelo menos ambígua) das perseguições aos eventuais responsáveis da monstruosa acção terrorista. Entretanto, a orientação anti-imperialista da sua política e muito particularmente os sentimentos anti-imperialistas das massas ficaram uma vez mais evidenciados. Pela esmagadora participação de massas no funeral e a imediata e espontânea denúncia do imperialismo. Pelo próprio sentido das intervenções que então se registaram.

Discursando no comício de luto, o presidente do Parlamento iraniano, Hachemi-Rafsanjani, afirmou: «Quanto mais duras forem as condições, melhor organizado está o povo iraniano. A América e Israel devem compreender que não estão em condições de intimidar a revolução iraniana ao matarem os seus dirigentes. A revolução iraniana continuará a sua marcha enquanto não for posto termo à influência dos Estados Unidos e do sionismo na região». Uma orientação clara numa situação política particularmente complexa.

Argélia comemora 19 anos de independência

No dia 5 de Julho de 1962 — após 130 anos de dominação colonial francesa — foi proclamada a República Democrática e Popular da Argélia.

O processo de luta que levou à independência da Argélia — e que culminou com uma guerra de libertação de 8 anos sob a direcção da Frente de Libertação Nacional — foi longo e doloroso. Os números são claros a esse respeito: um milhão de mortos; milhares e milhares de presos e torturados; um exército regular integrando cerca de 600 mil homens, 200 mil milicianos recrutados entre os "colaboradores" argelinos e 200 mil polícias dos mais variados corpos — para a repressão; cerca de 100 mil soldados franceses mortos durante os anos de guerra.

Ao longo da sua história o povo argelino conheceu e integrou-se em várias organizações que se batiam pela independência, reflectindo embora interesses contraditórios de classe e como tal orientações diferenciadas. É entretanto no dia em que foi assinada a libertação de França — 8 de Maio de 1945 — que um acontecimento sangrento marca o início de uma clara consciência da via armada como a única possível para a conquista da independência: a integração de bandeira nacional nas manifestações pela vitória sobre os nazis, responderam as autoridades francesas com um massacre que

atingiu cerca de 45 000 argelinos, efectuando-se mais de 4000 prisões.

Estes factos provocaram uma clarificação da situação também ao nível de organizações políticas e de rumos a seguir. No fim de Junho de 1954 deram-se passos decisivos para a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e do seu braço armado, o Exército de Libertação Nacional (ELN). No dia 1 de Novembro do mesmo ano começa a guerra de libertação nacional, que conduziria à independência da Argélia.

A complexidade de forças em presença ao longo do período de luta pela independência não se estufou com a afirmação da Argélia enquanto país independente e reflecte-se na sua vida política, embora o país tenha optado por uma via progressista. A nível internacional, o movimento dos Não Alinhados, e particularmente no Norte de África e do Médio Oriente, é grande o prestígio e o peso da revolução argelina. A sua orientação consequentemente internacionalista foi ainda recentemente confirmada nas conversações realizadas entre o dirigente argelino C. Bendjedid e Leonid Brejnev, em que foi manifestado o apoio argelino à proposta soviética sobre a realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente com a obrigatória participação da OLP.

Eleições em Israel não mudam nada

Os resultados das eleições em Israel — quase equilibradas entre o Bloco Likud, de Begin, e o Partido Trabalhista (48 e 47 lugares no Parlamento — Knesset) — apontam para a formação de uma coligação governamental muito frágil e simultaneamente reflectem as evidentes dificuldades internas, as dúvidas e mesmo a condenação da política governamental, apesar de uma campanha sistemática de intoxicação da opinião pública através da defesa de um pretensão nacionalismo — o "orgulhosamente nós", que bem conhecemos dos tempos do fascismo em Portugal —, e mesmo da utilização do terrorismo e da intimidação violenta ao longo do período eleitoral.

Actualmente o chefe do governo de Israel, Begin, negocia com os "ultra-ortodoxos" do "Agudat Israel", com o Partido Religioso Nacional (PRN) e o partido "Tiem", de Moshe Dayan, a formação de uma coligação governamental com um mínimo de estabilidade — condição para o prosseguimento de uma política abertamente favorável aos interesses do imperialismo, que não se compadece com uma possível instabilidade governamental no país, que poderia inclusive impor a realização de novas eleições num relativa-

Contra a instalação de mais mísseis nucleares na Europa

Assiste-se hoje a uma outra viragem na cena política internacional, uma viragem particularmente perigosa, "do desanuviamento para uma nova edição da guerra fria" — destacou o camarada Leonid Brejnev, no encontro, em Moscovo, com o antigo chanceler oeste-alemão, Willy Brandt. Brejnev acentuou uma vez mais: "A União Soviética, como aliás os outros Estados Socialistas, quer impedir que esta tendência se desenvolva".

Na visita do dirigente oeste-alemão à União Soviética, a luta pela paz — linha mestra da política externa da comunidade socialista — foi uma outra vez reforçada com novas propostas.

Leonid Brejnev afirmou que a URSS está pronta a suspender a instalação dos seus mísseis de médio alcance na parte europeia do país no próprio dia em que se iniciem conversações sobre este problema e se os Estados Unidos não aumentarem, no mesmo período, as armas nucleares na Europa.

Por outro lado, o Partido Comunista da União Soviética

dirigiu-se por escrito aos vários partidos socialistas e social-democratas da Europa, apelando a que contribuam para a luta pela paz, de que neste momento o continente europeu é um centro decisivo.

No seu regresso à RFA, Willy Brandt afirmou estar convencido de que "Brejnev é mesmo sincero em tudo o que diga respeito à paz", realçando a necessidade de que os Estados Unidos analisem atentamente as propostas soviéticas. Afirmações que neste momento não só reflectem a opinião de sectores mais realistas da Europa capitalista, como podem também contribuir para uma nova viragem — que se impõe seja definitiva — garantida finalmente a paz no mundo.

Avança entretanto por todo o continente o amplo movimento de massas pelo desarmamento, contra as armas nucleares. Na própria RFA, país que aceitou a mais dominante presença de armas nucleares norte-americanas no seu território, a Juventude social-democrata, aprovou no seu congresso, uma resolução em que pede ao governo que

revoque a decisão de autorizar a instalação de mísseis nucleares no país, apelando igualmente a todos os países da NATO no mesmo sentido.

Em Madrid, cerca de 50 000 pessoas participaram num comício de protesto, contra a eventual adesão da Espanha à NATO.

O governo grego interrompeu negociações com os Estados Unidos, para um novo acordo sobre o estatuto dos Estados Unidos na Grécia. Tal interrupção deve-se, segundo o jornalista grego Ianis Litsos, à grande pressão da opinião pública no país.

Na Grécia funcionam 41 bases militares norte-americanas e, de acordo com o "New York Times", há armas nucleares nalgumas delas. Em toda a Grécia surgiram movimentos para a liquidação de bases estrangeiras. Em Salonica (Creta), Drama e Larissa, realizaram-se marchas e encontros de protesto contra a instalação de armas nucleares no país.

Em Portugal avança o movimento "Não às armas nucleares", que sábado realizará o seu primeiro encontro nacional.

exemplo, na sequência da criminosa destruição da central atómica iraquiana, escreveu o "Jerusalem Post": «A destruição das instalações atómicas iraquianas não foi somente um acto de legítima defesa para Israel. O golpe foi efectuado em nome de todos os países contra uma louca proliferação das armas nucleares». Que se diga se, na luta contra as armas nucleares, contra a corrida aos armamentos, a União Soviética decidiu destruir os arsenais atómicos norte-americanos? E no entanto esta posição não surge como tão surpreendente se tivermos em conta que o presidente Reagan considerou este ataque como coisa tão aceitável. Na verdade, e embora Begin, na campanha eleitoral, tenha feito afirmações como a de que o país «não precisa de ninguém para se defender», mesmo em jornais como o "Le Monde" se constata: «o país nunca esteve tão isolado e tão dependente da ajuda política, económica e militar dos Estados Unidos».

É aqui que se encontra o centro da questão, a base do arrastar do problema do Médio Oriente. De há muito Israel constitui um apoio precioso e insubstituível para a política imperialista no Médio Oriente. Actualmente, quando a orientação da política externa

norte-americana se filia directamente nos interesses e nas teses de rendidas pelo complexo militar-industrial, pelos sectores mais agressivos do capital, interessa a Washington que Israel defenda igualmente uma política abertamente belicosa. E tanto melhor se Telavive colocou como objectivo, como é referido no "Financial Times", fazer passar a "linha da frente" da guerra de agressão por todos os Estados Árabes. Tanto melhor se o governo israelita ordena acções terroristas como o ataque à central nuclear iraquiana ou sucessivas agressões contra o Líbano e provocações à Síria. Não é esta a política que melhor se coaduna com a linha estratégica norte-americana de consciente agravamento da tensão político-militar na zona, "justificando" a instalação de mais tropas e bases militares americanas na zona e o armar da solução do problema palestino? Como não compreender nesta perspectiva os esforços para boicotar todas as iniciativas de paz? Iniciativas que entretanto vão tendo o apoio crescente de todos os povos e países árabes — este «reverso da medalha» que escapa ao imperialismo e que em definitivo terá em causa a sua política, abrindo finalmente portas a uma verdadeira paz no Médio Oriente.

Unidade e coesão dos países socialistas é a base da superação da crise na Polónia

No dia 14 de Julho deverá realizar-se o 9.º Congresso extraordinário do Partido Operário Unificado Polaco. Em vésperas do Congresso, duas questões têm sido particularmente realçadas: a difícil situação económica, que reflecte e agudiza a crise que se vive no país; a solidariedade dos países socialistas, a defesa da Polónia como membro da comunidade socialista, condição e base da sua própria independência nacional.

Em relatório ao Parlamento polaco sobre a situação económica do país, o vice-presidente do governo polaco, Z. Madej, afirmando a necessidade de introduzir alterações no orçamento do Estado para este ano, assinalou alguns factos preocupantes, como a baixa da produção industrial (10% em Janeiro e 18% em Maio), a diminuição do rendimento nacional, que será este ano cerca de 15% inferior ao de 1980 — realçando ainda que a crise económica exigirá um período de 3 a 5 anos para a sua superação.

Na 35.ª sessão do CAME, que decorre na capital da Bulgária, o primeiro ministro polaco, W. Jaruzelski, destacou que se vive um período extremamente difícil e importante da vida do POUP e do povo polaco.

Solidariedade dos países socialistas base da segurança e do desenvolvimento

"A amizade e a aliança com a União Soviética e os outros países da comunidade socialista — afirmou Jaruzelski em Sofia —, são e serão a base permanente da nossa segurança, do desenvolvimento em paz e do futuro próspero da Polónia socialista. A consciência deste

facto é particularmente preciosa na hora actual quando os adversários do socialismo se esforçam por utilizar a crise que lavra no nosso país para os seus objectivos contra-revolucionários internos e externos. A Polónia defenderá e reforçará os princípios do seu regime de justiça social, cumprirá honestamente os seus compromissos para com os seus aliados, continuará a ser um elo sólido da aliança dos países socialistas, do seu sistema político, defensivo e económico".

Destacando o auxílio fraterno da comunidade socialista, Jaruzelski realçou ainda a carta dirigida pelo CC do POUP ao CC do POUP "como uma ajuda sincera e amiga e como um sintoma de solidariedade para com a nossa responsabilidade internacionalista".

O encontro entre o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko e Stanislaw Kania, secretário-geral do POUP e o primeiro ministro polaco Wojciech Jaruzelski, é uma prova mais dessa solidariedade internacionalista, da necessidade de reforço e interajuda no seio da comunidade socialista. No comunicado final, a par da condenação da acção do mundo capitalista, tentando aproveitar a situação na Polónia para atingir o sistema socialista e do destaque dado ao carácter mais amplo dos problemas que se vivem no país, que "não só afectam a Polónia como são de importância vital para a comunidade socialista", salienta-se a determinação mútua de fortalecer a unidade e coesão dos países socialistas e que "a inquebrantável aliança, a amizade fraterna, a cooperação e desenvolvimento das relações a todos os níveis entre os dois países interessam aos povos soviético e polaco".

Energia e matérias-primas não são problema para a comunidade socialista

«A integração afastou os espectros da crise», sublinhou na 35.ª reunião do CAME — Conselho de Ajuda Mútua Económica (organização económica que reúne os países socialistas) — o presidente do Conselho de Ministros da URSS, Nikolai Tikhonov.

Os factos provam-no: os países do CAME concluíram que, no essencial, têm solucionada para a próxima década a questão do abastecimento em combustíveis, energia, matérias-primas, máquinas, equipamentos (no próximo quinquénio a União Soviética aumentará em mais de um terço as suas exportações deste tipo de mercadorias para o conjunto de países do CAME).

● Nos anos 70, duplicaram ritmos de crescimento da produção e do rendimento nacional, relativamente aos países capitalistas desenvolvidos.

● Embora a população dos países do CAME represente apenas um décimo da população mundial, a produção de energia eléctrica, petróleo, aço e carvão da Comunidade constitui 20 a 30 por cento do total na Terra.

Dados particularmente elucidativos quando, paralelamente, o relatório sobre a situação económica mundial em 1980-81, publicado pelo secretário da ONU, destaca que o mundo capitalista entrou num novo período de crise económica, para que não encontra saída a curto prazo.

Solidariedade

● Angola — Um documento divulgado em Luanda, após uma reunião do CC do MPLA, denuncia a administração Reagan como responsável da intensificação das acções agressivas de Pretória contra Angola. «Nunca, desde 1976, as acções agressivas contra a República Popular de Angola alcançaram tanta intensidade e duração como nos últimos seis meses» — afirma-se no documento do CC do MPLA. Neste período, a África do Sul realizou 30 bombardeamentos em território angolano, 115 desembarques e cinco incursões por terra. Durante o último meio ano foram mortos e feridos centenas de angolanos, destruídas seis pontes e várias obras importantes para o desenvolvimento da economia nacional.

● África do Sul — Uma Comissão da ONU denunciou em Londres a existência de centenas de crianças entre os dez e os dezassete anos, na prisão sul-africana de máxima segurança de Robben Island. A Comissão acusa ainda o regime de Pretória de prender pessoas sem proceder a qualquer julgamento, violar os direitos sindicais dos trabalhadores, praticar sistematicamente a tortura até ao ponto de provocar casos de cegueira e paralisia.

● Guatemala — O jornalista mexicano Mario Menendez, da revista "Por Esto", afirmou que, na Guatemala "diariamente são assassinados em pleno dia cerca de cinquenta guatemaltecos, vítimas dos elementos armados do "Exército anti-comunista" e do "esquadro da morte", agrupamentos parafiliais ao serviço do governo. A repressão atinge frequentemente os jornalistas. O jornalista guatemalteco E. Castillo, da secção de informação da emissora "América", foi morto recentemente por uma rajada de metralhadora. Nos últimos três anos foram assassinados na Guatemala 26 jornalistas.

KARL MARX (Pequena Biografia) Evgénia Stepnova	50800
V. I. LENINE (Pequena Biografia) G. Obitchkine, K. Ostroukhova, M. Pankratova, A. Smirnova, E. Stelferowskaja	100800
F. ENGELS (Pequena Biografia) Evgénia Stepnova	90800

Festa do Avante!

festa do



1.º sorteio da EP

● Na próxima sexta-feira

O primeiro sorteio das EP's, a realizar no próximo dia 10, na Festa da Primavera, em Paivas/Amora, atribuirá os seguintes prémios:

- 1.º - 1 tenda de campismo com 2 quartos;
- 2.º - 1 barco de fibra de vidro;
- 3.º - 1 fogaço (porta bilhas);
- 4.º - 1 bicicleta para criança;
- 5.º - 1 mala isotérmica;
- 6.º - 1 lanterna;
- 7.º - 1 mesa de campismo e 3 bancos;
- 8.º ao 12.º - livros CDL no valor de 1000\$00;
- 13.º ao 18.º - livros CDL no valor de 500\$00;
- 19.º ao 25.º - assinatura da revista «Vida Soviética», por 1 ano.

3.ª Bienal de Artes Plásticas

Uma grande iniciativa cultural que vai dar muito que falar!..

Os objectivos, o Regulamento e vários pormenores de carácter informativo sobre a 3.ª Bienal da Festa do «Avante!» foram abordados numa conferência de imprensa que decorreu recentemente, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, por iniciativa da Comissão que está a coordenar a Bienal.

No diálogo com os jornalistas participaram o deputado Manuel Gusmão, membro suplente do CC, e da Comissão Executiva da Festa do «Avante!», Rogério Ribeiro, igualmente membro dessa Comissão; e Carlos Natavidade Correia. Também se encontrava na mesa Maria Keil, Manuel Gusmão, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, salientou o papel da 3.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» como «uma experiência única de contacto dos artistas com um vasto público, já que muita gente tem pela primeira vez um contacto significativo com formas de expressão artística que desconheciam».

Natavidade Correia destacou «o convívio entre artistas» que a 3.ª Bienal vai proporcionar (aliás, haverá um local de encontro e debate no recinto) e as possibilidades de expressão a artistas jovens, designadamente os finalistas dos cursos superiores de Belas-Artes. Rogério Ribeiro, por seu turno, referiu a dado passo: «Em 1981 há duas grandes iniciativas artísticas e culturais na Festa do «Avante!»: a reinstalação da exposição do 60.º aniversário do PCP, devidamente reformulada e adaptada (...), e esta Bienal de Artes Plásticas, que tem um lugar diferenciado no panorama das artes em Portugal, já que se trata de uma Bienal totalmente aberta, não só em relação aos artistas, como em relação ao próprio público».

600 metros de parede. Trata-se de uma área seis vezes maior que a da Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNBA), de Lisboa. Para as obras expostas — os artistas poderão participar com três trabalhos — está prevista uma boa protecção: tecto duplo e estrados de circulação para os visitantes.

A 2.ª Bienal da Festa do «Avante!», informou Rogério Ribeiro, mobilizou 115 artistas, prevenido-se para esta edição um número muito superior, na ordem das centenas. No âmbito da 3.ª Bienal, decorrerá uma homenagem ao pintor Cipriano Dourado, recentemente falecido, incluindo uma retrospectiva da sua importante obra.

Como salienta um documento divulgado aos jornalistas, «este ano, ano do 60.º aniversário do PCP e do 50.º aniversário do «Avante!», quer dar-se um salto qualitativo. Procura-se que as modalidades de pintura, de gravura e de escultura se juntem outras modalidades do vasto conjunto das Artes Plásticas. Procurar-se-á uma mais ampla representação nacional dos artistas que expõem; uma organização de itinerários, na exposição, que torne mais clara a compreensão da diversidade das formas de expressão; um catálogo que mais significativamente represente a exposição e ajude a prolongar a sua memória». Acrescenta o texto da Comissão:

«A Bienal da Festa do «Avante!» tem sido e voltará a ser, este ano, esse particular lugar de encontro da diversidade de formas plásticas com a surpresa e a curiosidade despertadas; das obras mais elaboradas às ainda incipientes com o juízo ainda periplexo e a apreciação mais definida. Em qualquer caso, um encontro que tem as dimensões de descoberta, de convívio criador, de festa e de alegria que a comunicação artística pode abrir não só a um número reduzido de consumidores, mas às largas massas de um povo».

Atenção aos prazos!

Aqui ficam novamente alguns dos aspectos mais salientes das normas regulamentadoras da 3.ª Bienal:

«Os artistas deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição nos seguintes locais: Av. António Serpa, 26-2.º Esq. — Telef. 76 91 47 (Lisboa); Av. da Liberdade, 170-Telef. 53 21 61 (Lisboa) SNBA; ESBAL; ESBAP; Cooperativa Arvore (Porto); Av. da Boavista, 931 a 937 (Porto) — Telef. 69 79 48. As obras e as fichas de inscrição devem ser entregues à Organização até 30 de Julho. Dificuldades de transporte das obras a enviar devem ser assinaladas na ficha de inscrição que, nesse caso, deve ser entregue até 15 de Julho. Por ocasião da realização da Exposição será publicado um catálogo que os expositores receberão gratuitamente. Os artistas devem enviar para eventual representação nesse catálogo: fotografia ou diapositivo das obras, comprometendo-se a Organização a devolver esses elementos fotográficos em curto espaço de tempo.

Os artistas devem declarar o valor das obras para efeito de seguro ou venda. A Organização não promoverá a venda das obras expostas, mas por eventuais compradores em contacto com os artistas. As reclamações para efeito de seguro deverão ser feitas no momento da devolução das obras aos artistas e até ao dia 15 de Outubro.

O levantamento das obras deverá ser feito pelo próprio ou por pessoas por ele credenciada até ao dia 15 de Outubro e mediante a apresentação de um duplicado na ficha de inscrição. As fichas de inscrição; as obras e qualquer correspondência deverão ser enviadas para: 3.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» — Av. António Serpa, 26-2.º Esq. — Lisboa — Tel. 76 91 47 ou Av. da Boavista, 931 a 937 — Porto — Tel. 69 79 48.

A fase actual do trabalho que se desenvolve no Alto da Ajuda implica que uma vez mais se divulgue nas páginas do «Avante!» um apelo que certamente continuará a receber a aceitação e a solidariedade das pessoas a quem directamente tal apelo se destina. A Festa do «Avante!» precisa de carpinteiros. Camaradas e amigos que exerçam profissão ou que entendam qualquer coisa do ofício. A sua colaboração é fundamental, uma vez que a medida que a implantação avança é exactamente no trabalho de carpintaria que se tem notado maiores atrasos. A par dos carpinteiros, também os montadores de tubos (estilo andaime) poderiam dar uma ajuda valente. Vamos a isso!



Trabalho!

No Alto da Ajuda começa a ver-se uma nova «cidade»... No extenso recinto da Festa do «Avante!» erguem-se já várias estruturas em madeira, tubos e lona. Nos próximos dias, outras se seguirão. E a Festa, a pouco e pouco, aplica-se.

Neste momento, o balanço da actividade desenvolvida pelos camaradas da implantação e pelos voluntários dos fins de semana é francamente positivo. Quer dizer: não há atrasos no «calendário» da preparação da Festa. O fundamental, agora, é prosseguir e, no que for possível, aumentar o ritmo de trabalho.

Quem passar hoje pelo Alto da Ajuda, o que é que encontra? A entrada, os serviços centrais estão prontos. De forma eficiente já ali funcionam — e anteontem a reportagem do «Avante!» teve mais uma vez oportunidade de o constatar — as oficinas de electricidade e carpintaria, a ferramentaria, a recepção, o armazém geral, a sala da comissão de implantação, as salas destinadas ao trabalho administrativo, casas de banho com chuveiros, etc. Noutro ponto do recinto, estão instalados os serviços de apoio. Também aqui há já um significativo avanço. No «hospital» (o posto médico) falta apenas o trabalho de carpintaria.

O acampamento, onde ficam agora cerca de 30 camaradas, está já vedado. Praticamente concluídos estão o restaurante («self-service») e respectivo armazém, a cozinha, o bar e os armazéns para sólidos e bebidas. As instalações sanitárias estão numa fase de conclusão. O futuro acampamento da juventude (destinado apenas aos jovens que vão trabalhar na preparação da Festa) já está delimitado.

300 pessoas no último fim-de-semana

Talvez não seja exagero afirmar-se que o último fim-de-semana representou uma nova etapa para o trabalho que decorre no Alto da Ajuda. Estiveram lá cerca de 300 pessoas que nos dois dias, proporcionalmente, com a sua vontade e o seu empenho, grandes avanços nas seguintes frentes: limpeza do terreno, carpintaria, vedações, montagem da instalação eléctrica nos pavilhões já montados e preparação das toldoiras da rede geral de águas (essas toldoiras, já instaladas do ano anterior, estavam cobertas, a 80 centímetros da superfície do terreno). Agora, não podemos perder o ritmo. Há que concretizar e ampliar estes avanços. E para isso todos somos necessários, com ou sem especialização profissional naquelas tarefas. No próximo fim-de-semana voltaremos. Camaradas e amigos. De Lisboa e fora de Lisboa. Operários, estudantes, empregados. Homens e mulheres. Com força, com entusiasmo, vamos erguer a Festa do «Avante?».

Carpinteiros!

A fase actual do trabalho que se desenvolve no Alto da Ajuda implica que uma vez mais se divulgue nas páginas do «Avante!» um apelo que certamente continuará a receber a aceitação e a solidariedade das pessoas a quem directamente tal apelo se destina. A Festa do «Avante!» precisa de carpinteiros. Camaradas e amigos que exerçam profissão ou que entendam qualquer coisa do ofício. A sua colaboração é fundamental, uma vez que a medida que a implantação avança é exactamente no trabalho de carpintaria que se tem notado maiores atrasos. A par dos carpinteiros, também os montadores de tubos (estilo andaime) poderiam dar uma ajuda valente. Vamos a isso!

Desporto

● Avança-se a todo o vapor no distrito de Setúbal

Pelo menos 100 equipas asseguram desde já — e ainda não fecharam as inscrições nos Centros de Trabalho — o torneio de futebol de salão que decorrerá nos treze concelhos do distrito de Setúbal. Tal é o balanço realizado no final da semana passada, ainda a quinze dias dos primeiros encontros entre os concelhos — isto é, entre as 13 equipas que os representarão.

De facto, no fim de semana de 18 e 19 de Julho, opor-se-ão Almada ao Seixal, Barreiro à Moita, Montijo a Alcochete, Palmela a Sesimbra, Grândola a Alcácer e Santiago do Cacém a Sines.

Setúbal, que então descansa, terá pela frente um dos vencedores do Grândola/Alcácer.

As inúmeras festas locais que se têm sucedido são já o terreno propício para as primeiras provas concelhias.

Quanto às damas, o final distrital para apuramento de 20 jogadores decorrerá a 30 de Agosto, em Setúbal; as organizações concelhias comunicarão ao Centro de Trabalho de Setúbal o número de concorrentes eventualmente apurados até ao dia 24, às 24 horas.

Do mesmo modo, o xadrez será também disputado em fase final distrital na cidade do Sado, mas desta vez nos dias 22 e 23 de Agosto, o que pressupõe um apuramento concelhio de modo a comunicar os resultados ao Centro de Trabalho de Setúbal até ao dia 16, pelas 24 horas.

As finais distritais de chiniquinho — malha pequena e grande — decorrerão mais ao norte do distrito, em Almada. Têm data marcada para 16 de Agosto, devendo o Centro de Trabalho de Almada ser conhecedor do número de equipas concorrentes até ao dia 9 de Agosto, pelas 23 horas.

A descentralização da Corrida e marcha da Saúde e da Alegria teve grande aceitação. Para já — fica o repto aos restantes concelhos do distrito... — Almada, Setúbal, Alcochete, Montijo e Sines vão organizar corridas no dia 23 de Agosto, abertas a crianças, adultos e mais velhinhos, naquilo que se calcula ser uma das melhores iniciativas de divulgação da Festa do «Avante!» de 1981.

Também em basquetebol, voleibol e andebol, os camaradas do distrito de Setúbal se farão representar no Alto da Ajuda por equipas de ambos os sexos, de acordo com o programa do polivalente desportivo que está a ser organizado.

Jogo da Ronda

Mas de Setúbal vem ainda outra notícia. Está em marcha um torneio de Jogo da Ronda, modalidade muito popular pelo menos nos meios piscatórios de Setúbal.

Boa movimentação no distrito de Lisboa

Na região de Lisboa, a Festa do «Avante!» está a movimentar, no plano desportivo, muitos camaradas e amigos na base de um trabalho desenvolvido pelas organizações, nomeadamente a preparação de torneios e iniciativas diversas.

O futebol de salão é a modalidade que tem estado a mobilizar mais atenções, mas no balanço resumido que passamos a expor a amplitude das iniciativas vai mais longe.

Comité Local de Lisboa — inscritas 40 equipas na 3.ª jornada da 1.ª fase do torneio de futebol de salão; programada uma corrida popular de atletismo para o próximo dia 26, na Praça do Império, em Belém; prevista a realização de um torneio de xadrez e damas nos dias 21, 24 e 28 deste mês no CT Vitória, na Avenida da Liberdade; decorre o torneio de futebol de salão dos Pioneiros com 12 equipas.

Função Pública — em preparação o torneio de xadrez e damas.

Transportes — abertas inscrições para o futebol de salão prevenido-se a participação de 16 equipas.

Célula da Tudor — realização de um convívio desportivo no

próximo domingo, com várias modalidades.

V. Franca de Xira — avança a preparação do torneio de futebol de salão; realiza-se um torneio de xadrez no sábado em Alhandra; previsto um sarau de ginástica no próximo dia 18 no Largo da Câmara Municipal de Vila Franca; provas de atletismo e ténis de mesa em perspectiva.

Vialonga — realização de provas de atletismo e jogos populares (Jogo da Batata, Jogo da Corda, Jogo do Saco e Jogo da Bilha); o torneio concelhio de chiniquinho decorrerá em Vialonga (no próximo dia 26).

Sintra — o torneio de futebol de salão inicia-se no próximo sábado (já há 8 equipas inscritas, mas espera-se mais); previstas iniciativas no xadrez, damas e chiniquinho (este na zona rural).

Oeiras — estão abertas inscrições para o futebol de salão; xadrez e damas em preparação.

Loures ocidental — manhã desportiva com atletismo e mini-basquetebol no próximo domingo; torneio de futebol de salão em organização.

Loures oriental — oito equipas inscritas no torneio de futebol de salão; 20 inscrições para o ténis de mesa.

● Corrida Popular em Belém

Integrada nas actividades desportivas da Festa do «Avante!»-1981, realiza-se no último domingo deste mês (dia 26), em Lisboa, uma prova de atletismo designada Corrida Popular.

A iniciativa pertence ao Comité Local, decorrerá na Praça do Império-Fonte Luminosa, em Belém, e é aberta a atletas de ambos os sexos e a todos os escalões etários. Podem participar todos os clubes, sindicatos, comissões, associações, escolas, bombeiros, etc., e concorrentes individuais.

A Corrida Popular está organizada da seguinte maneira (entre parêntesis as datas de nascimento dos atletas):

Prova A — Infantis Femininos (1969/70/71)	1 000m — 10.00 horas
Prova B — Infantis Masculinos (1968/69/70/71)	1 000m — 10.00 horas
Prova C — Iniciados Femininos (1968/67)	1 500m — 10.15 horas
Prova D — Iniciados Masculinos (1967/66)	1 500m — 10.15 horas
Prova E — Juvenis Masculinos (1965/64)	3 000m — 10.30 horas
Prova F — Juv./Jun./Sen. Femininos (1965 e anteriores)	2 500m — 10.45 horas
Prova G — Jun./Sen. Masculinos (1963 e anteriores)	4 000m — 11.10 horas
Prova H — Veteranos Masculinos (1946 e anteriores)	3 000m — 11.30 horas

Haverá prémios para todos os participantes, medalhas até ao quinto classificado em cada prova e taças até ao terceiro lugar por equipas no conjunto de todas as provas, contando para o efeito de pontuação os primeiros cinco atletas de cada equipa, em cada prova.

As inscrições funcionam no Centro de Trabalho Vitória, Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, Avenida da Liberdade, 170, 1 200 Lisboa, até ao próximo dia 24, às 22 horas.

Os 25 artistas da Comissão

A Comissão da 3.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» é constituída pelos seguintes elementos (25):

Abel Mendes, Ângelo de Sousa, António Fernando, António Trindade, Armando Alves, Carlos Botelho, Elsa, Isabel Sabino, Gil Teixeira Lopes, Jaime Azinheira, João Abel Manta, João Hogan, Jorge Pinheiro, Jorge Vieira, José Rodrigues, Maria Keil, Matilde Marçal, Natavidade Correia, Noémia, Pedro Chorão Ramalho, Pedro Saraiva, Querubim Lapa, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira e Virgílio Domingues.

